



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 041

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE ABRIL DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 041

38ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 02

Presenças:..... 02

Abertura da Sessão : 03

Expediente:

Ação Direta de Inconstitucionalidade 03

Ofícios..... 03

Indicações 04

Requerimentos 06

Projetos de Lei 13

Pequeno Expediente:

Dep. Professor Lemos..... 17

Dep. Tadeu Veneri..... 18

Dep. Antonio Belinati 19

Dep. Péricles de Mello..... 21

Dep. Rosane Ferreira 23

Dep. Elio Rusch 24

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto..... 26

Dep. Luiz Claudio Romanelli.....27

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati20

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello.....22

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch25

Dep. Plauto Miró32

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli29

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício33

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente35

Discussão/Votação

Redação Final35

1ª Discussão36

Requerimentos38

Encerramento da Sessão:43

Publicações :

Indicações Legislativas43

DIÁRIO Nº 041

38ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 ABRIL DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Teruo Kato e Jonas Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes a Sra. Deputada Cida Borghetti e os Srs. Deputados Ademar Traiano, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori (06).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Luiz Fernandes Litro, Ney Leprevost (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ação Direta de Inconstitucionalidade

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2904 do Sr. Ministro Cezar Peluso - Vice Presidente do Supremo Tribunal Federal - STF, onde requerente é o Governador do Estado do Paraná e requeridos o Governador do Estado do Paraná e a Assembleia Legislativa do Estado e interessado o Sindicato dos Policiais Cíveis de Londrina e região - SINDIPOL, comunicando que o Supremo Tribunal Federal, por maioria, julgou procedente a ação, com efeitos "*ex tunc*", contra o voto do Sr. Ministro Marco Aurélio que, julgando-a também procedente, lhe reconhecia apenas efeitos "*ex tunc*". **Ao conhecimento da Casa.**

Ofícios

Sob os nºs CEE/CC 1017, 1143, 1280, 1284, 1286, 1287, 1288 e 1289/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, comunicando que o Sr. Roberto Requião - Governador do Estado SANCIONOU os Projetos de Lei nºs: **Anote-se. Arquivo-se.**

206/08: De autoria do Deputado Edgar Bueno que, proíbe o descarte de pilhas, lâmpadas fluorescentes, baterias de telefone celular e demais artefatos que contenham mercúrio metálico em lixo doméstico ou comercial, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 16075. **Anote-se. Arquivo-se.**

060/09: Do Poder Executivo que abre crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 402.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16076. **Anote-se. Arquivo-se.**

052/08: De autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Rosane Ferreira, que institui período para que as pessoas físicas e jurídicas que tenham sob sua guarda o BHC (Hexaclorobenzeno), ou qualquer outro agrotóxico proibido por lei, apresentem junto aos escritórios que menciona, declaração contendo os dados que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16082. **Anote-se. Arquivo-se.**

047/08: Do Tribunal de Justiça que, dispõe que as Circunscrições dos 1º e 2º Serviços de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco passam a ter as delimitações territoriais que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16081. **Anote-se. Arquivo-se.**

545/08: Do Poder Executivo que, cria na Polícia Militar do Paraná a Medalha de Honra ao Mérito Escolar Prêmio Capitão João Alves da Rosa Filho, em ouro, prata e bronze, a ser conferida especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16084. **Anote-se. Arquivo-se.**

248/08: De autoria do Deputado Edgar Bueno que, dispõe que os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no Estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome e número de inscrição do Conselho Regional de Farmácia - CRF, do técnico (farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho, o qual convertido em Lei tomou o nº 16086. **Anote-se. Arquivo-se.**

320/08: De autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida que, dispõe que os estabelecimentos que especifica, que funcionam dentro das escolas da rede particular de ensino, ficam obrigados a divulgarem informações que menciona, referentes à presença e à discriminação de quantidades em suas tabelas dos alimentos comercializados, o qual convertido em Lei tomou o nº 16085. **Anote-se. Arquivo-se.**

504/08: De autoria do Deputado Nelson Justus que, reconhece a União dos Vereadores do Paraná - UVEPAR, como entidade oficial representativa das Associações Microrregionais de Câmaras Municipais de Vereadores do Estado do Paraná, para todos os efeitos de representatividade, o qual convertido em Lei tomou o nº 16083. **Anote-se. Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC 024/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 687/07, de autoria do Tribunal de Justiça, por considerar a parte vetada inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 031/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 436/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 032/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 523/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 033/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 433/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 034/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 417/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 035/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 466/08, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CEE/CC 1166/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Tadeu Veneri, que solicita esclarecimentos sobre as obras do PAC na região do Guarituba e Jardim Holândes, no Município de Piracura. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 592/09-OPD/GP do Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias das principais peças do Processo nº 467506/02-TC, referente à Impugnação de Despesas da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 627/09-OPD/GP do Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias das principais peças do Processo nº 390940/06-TC, referente à Impugnação de Despesas da Universidade Estadual de Londrina. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 628/09-OPD/GP do Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias das principais peças do Processo nº 390958-TC, referente à Impugnação de Despesas da Universidade Estadual de Londrina - UEL - exercícios de 2004 e 2005. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 153/09 do Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando um CD e um exemplar (contendo 02 volumes) do Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução das Sanções Pecuniárias, da Diretoria de Execuções do referido Tribunal de Contas, referente ao 2º Semestre de 2008. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 634/SPOA do Sr. José Lincoln Daemon - Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Esporte, encaminhando uma via do primeiro termo aditivo e uma cópia da publicação, referente ao Convênio nº 431/07, firmado entre a Prefeitura Municipal da Lapa-PR e o referido Ministério, tendo por objeto a prorrogação do prazo de vigência de até 15/04/2010. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 370/09 do Sr. Paulo Roberto Messias Strack - Responsável pela Central de Convênios da EMBRATUR, comunicando a liberação de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a execução das ações previstas no Plano Aquarela - Marketing Internacional do Brasil, para o Estado do Paraná, conforme convênio SICONV nº 702328/08. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AF/DEFIN/GTES-00147/09 do Sr. Ricardo Jorge da Silva Marques - Gerente da GTES/DEFIN/AF do BNDES, comunicando liberação de recursos para o Estado do Paraná, no âmbito do contrato nº 2222441, no valor de R\$ 3.000.098,85. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 225/09/GOVESTADO DO PR do Sr. Luiz Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 139.288,00 (Cento e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e oito reais), nas contas vinculadas aos contratos de repasse, firmados com o Estado do Paraná, no Programa sob a gestão do MCidades, com o objeto a Produção ou Aquisição de Unidades Habitacionais, junto aos Programas FNHIS - Habitação de Interesse Social. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 240/09/GOVESTADO DO PR do Sr. Luiz Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais), nas contas vinculadas aos contratos de repasse, firmados com o Estado do Paraná, nos Programas sob a gestão do MCidades, com o objeto a Produção Habitacional e Urbanização de Assentamentos Precários das Operações junto aos Programas FNHIS - Habitação de Interesse Social e Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Subnormais. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 532/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Guaraqueçaba.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 533/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Colombo.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Colombo.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 534/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Contenda.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Contenda.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 535/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Balsa Nova.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Balsa Nova.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 536/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Barra do Jacaré.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Barra do Jacaré.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 537/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado um aparelho de ecografia para o Município de Guaratuba.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da saúde do Município de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 538/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado um aparelho de ecografia para o Município de Campo Magro.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da saúde do Município de Campo Magro.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 539/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado um aparelho de ecografia para o Município da Lapa.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da saúde do Município da Lapa.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 540/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado um aparelho de ecografia para o Município de Itambaracá.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da saúde do Município de Itambaracá.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 541/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado um aparelho de ecografia para o Município de Tibagi.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da saúde do Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 542/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado um aparelho de ecografia para o Município de Campo Largo.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da saúde do Município de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1950

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência, do Deputado Ney Leprevost, na Sessão do dia 29 do mês corrente, devido à questão de saúde.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1956

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência na Sessão Ordinária do dia 28 de abril do corrente ano, por acompanhar em visita oficial o Ministro da Cultura, Exmo. Sr. Juca Ferreira, aos Municípios Mallet, Irati e Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) FELIPE LUCAS

REQUERIMENTO Nº 1951

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, o registro da Frente Parlamentar Povos e Comunidades Tradicionais - Indígenas Kaingangues Xetás e Guaranis, Faxinalenses, Ilhéus, Quilombas, Cipozeiros, Pescadores Artesanais, Ciganos - tendo o Deputado Péricles de Mello como Coordenador Geral e Responsável Legal.

A Frente Parlamentar Povos e Comunidades Tradicionais, está sendo instituída nesta data, com a assinatura de Deputados e Deputadas, conforme relação anexa.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Os povos e comunidades tradicionais do Brasil, por dignidade e direito, tem investido, nas últimas décadas, no reconhecimento de suas identidades étnicas e coletivas através de encontros, seminários, cartografias, atos públicos, dispositivos jurídicos entre outros, como estratégia de visibilidade social de seus direitos territoriais pela sociedade brasileira e, sobretudo pelo Estado, como condição para realização de uma nação soberana, pluriétnica e multicultural.

Na Região Sul, especialmente no Paraná e Santa Catarina, a principal características da identidade socio-cultural dos povos e comunidades tradicionais é a sua invisibilidade social, cercada pelo estigma de um passado que as associam ao atraso ou a pobreza, assim como de um presente rarefeito e vestigial. Poucos sabem quem são, onde estão, quantos são e quais os conflitos aos quais estão submetidos. A inexistência de estatísticas e censo oficiais, motivou esses grupos a elaborarem seus levantamentos preliminares numa tentativa de afirmarem sua existência coletiva em meio a tensões, disputas e pressões que ameaçam seus direitos étnicos e coletivos garantidos pela Constituição Federal de 1988 e, diversos outros dispositivos jurídicos infraconstitucionais.

Seguindo um movimento que se desdobra em escala nacional, conduzido pelos movimentos sociais que se organizam pela identidade coletiva, representantes e líderes das comunidades tradicionais se organizaram e realizaram o 1º Encontro Regional, realizado em Guaruva nos dias 27 e 28 de maio de 2008, e reuniu representantes de oito grupos étnicos - Xetás, Kaingangs, Guaranis, Faxinalenses, Quilombolas, Cipozeiros,

Pescadores Artesanais e Ilhéus, no esforço de aproximação regional dos povos e comunidades tradicionais através da articulação de suas lutas, especialmente no que concerne o acesso aos seus territórios tradicionais, demanda essencial e comum a todos os presentes, que clamam em uma só voz o direito à diferença.

Nasce, como resultado desse encontro, um consenso estratégico à necessidade de se construir a Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais como um espaço de articulação desses grupos étnicos na esfera regional, capaz de fornecer condições de possibilidades para que tais movimentos e organizações se fortaleçam política e inconstitucionalmente na efetivação de seus direitos étnicos e coletivos, além de criar uma maior articulação com o Poder Público.

Essa Frente Parlamentar, que ora se constitui, tem, portanto, como objetivo, apoiar a luta dos povos e comunidades tradicionais.

Relação dos Deputados que compõem a Frente Parlamentar de apoio às Comunidades Tradicionais no Paraná: Deputados Péricles de Mello, Pedro Ivo, Elton Welter, Luciana Rafagnin, Tadeu Veneri, Professor Luizão, Luiz Eduardo Cheida, Rosane Ferreira, Teruo Kato, Edson Strapasson, Waldyr Pugliesi, Pastor Edson Praczyk, Luiz Claudio Romanelli, Alysson Wandscheer, Beti Pavin, Reni Pereira, Douglas Fabrício e Professor Lemos.

REQUERIMENTO Nº 1908

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Ademar Idio Teixeira, ocorrido no dia 20/04/09, no Município de Capitão Leônidas Marques/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua filha, Liamar Quadri.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O que vale não é o tempo que passamos ao lado de quem amamos, mas a qualidade deste tempo compartilhado. A vida não é feita pela quantidade de minutos, de meses ou de anos. A vida, este dom de Deus, vale pela maneira intensa com que cada instante é vivenciado e pelas experiências adquiridas ao longo de suas existência.

É impossível definir em poucas palavras a forma de ser do Sr. Ademar Idio Teixeira, que foi um exemplo de vida. Catarinense de Araranguá, instalou-se em Capitão Leônidas Marques em 1979, residindo na Comunidade de Bom Jesus até o seu falecimento.

Esposo, pai, avô, trabalhador e amigo, sua existência foi marcada pela forma generosa de ser.

Como pai, criou com muito esmero e disciplina seus três filhos: Roberto, Liamar e Marcia. Como avô, participou de forma presente da criação de seus oito netos.

Como esposo, sempre foi companheiro, leal e amigo. Casado há 44 anos com a Sra. Gerundina Dal Soler Teixeira, juntos construíram uma vida e souberam cativar simpatias e respeito de todos.

Como agricultor, lutou incansavelmente para superar as dificuldades enfrentadas na área rural. Cultivou amizades que levou consigo no semblante calmo com que adormeceu eternamente.

Enfim, adjetivos não faltam para qualificá-lo, uma vez que em vida deixou uma grande marca de honestidade, humilde e caráter. Todos, com certeza, sentirão amargamente a ausência de seu Ademar, que acima de tudo foi um grande amigo.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO N° 1910

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Omilton Orzechovski, ocorrido no dia 15/04/09, no Município de Virmond/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, Julia Ludmila Krieger Orzechovski.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O que vale não é o tempo que passamos ao lado de quem amamos, mas a qualidade deste tempo compartilhado. A vida não é feita pela quantidade de minutos, de meses ou de anos. A vida, este dom de Deus, vale pela maneira intensa como cada instante é vivenciado e experienciado.

É impossível definir em poucas palavras, com exatidão, a forma de ser do Sr. Omilton Orzechovski, que foi um exemplo claro de uma vida vivida em intensidade. Esposo, pai, avô, trabalhador e amigo, sua existência foi marcada pela forma generosa de ser.

Como pai, criou com muito esmero e disciplina seus quatro filhos: Amilce, Amilson, Juliano e Juliana. Como avô, participou de forma presente da criação de seus seis netos.

Como esposo, sempre foi companheiro, leal e amigo. Casado com a Sra. Julia, juntos construíram uma vida e souberam cativar simpatias e respeito de todos.

Como trabalhador, lutou incansavelmente para superar as dificuldades. Foi pedreiro e comerciante. Não acumulou fortunas, mas cultivou amizade que levou consigo no semblante calmo com que adormeceu eternamente.

Enfim, adjetivos não faltam para qualificá-lo, uma vez que em vida deixou uma grande marca de honestidade, humildade e caráter. Todos, com certeza, sentirão amargamente a ausência de seu Omilton, que acima de tudo foi um grande amigo.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO N° 1917

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Cacilda Gonsalves de Almeida, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1918

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Alúcio Fidelis, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1919

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Rafael Krevicz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1920

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Marcio Dias do Nascimento, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1921

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Assis Lourenço da Cruz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1922

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Joaquim Rodrigues de Souza, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1923

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Maria do Amaral, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1924

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Eni Didek, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1925

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Santo Elizeu dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1927

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER envio de pesar da Assembleia Legislativa à família de Mazília Carneiro Bertoline, pelo falecimento desta grande personalidade que é pioneira do Município de Maria Helena.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO N° 1915

Senhor Presidente:

No dia 12 de dezembro deste ano se completam 50 anos do falecimento de Abilon de Souza Naves, ocorrido no ano de 1959. O “Verbete Biográfico” da Fundação Getúlio Vargas, ao discorrer sobre a importância política de Souza Naves: “O Senador Abilon de Souza Naves, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), era considerado o franco favorito para as eleições de 03/10/60. Ex-Diretor da carteira de crédito agrícola do Banco do Brasil, conseguiu, no Norte do Estado, apoio de setores da União Democrática Nacional (UDN), sensibilizando também influentes empresários. Morreu, porém, durante um banquete em dezembro de 1959”.

Com efeito, trata-se de político paranaense que se destacou no cenário nacional deixando exemplos de honorabilidade e devoção às causas públicas. Em artigo publicado na revista “O Cruzeiro” no dia 16/01/60, sob o título “Uma boneca para Beatriz”, David Nasser nos dá dimensão da honestidade deste grande homem público, que serve de paradigma nesses dias em que se projetam os maus exemplos em prejuízo da verdadeira política.

Neste sentido, requeremos seja agendada Sessão especial de homenagem ao ex-Senador Abilon de Souza Naves, a realizar-se na data de 12/12/09 ou na semana em que se completam os 50 anos de sua morte, convidando para prestarem testemunho personalidades como o ex-Deputado Léo de Almeida Neves, que viveram a época.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO N° 1909

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados voto de congratulações, pelo 13° aniversário de Emancipação Político-Administrativo do Município de Quarto Centenário, comemorado no dia 29/04/09.

Requer ainda, que seja dado ciência ao Exmo. Sr. Osvaldo Ishikawa, DD. Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Dia 29 de abril é uma data muito especial para a população de Quarto Centenário. Afinal, o Município está comemorando 13 anos de realização e sucesso absoluto. É uma data marcante e de importante significado para este povo que faz do trabalho diário, a marca de uma população engajada no progresso e no desenvolvimento social desta Cidade.

Ao revisitar o passado, constata-se que a denominação de Quarto Centenário foi uma homenagem feita ao centenário de São Paulo, nome dado pela família do fundador, Sr. Casemiro Gonçalves Moleiro, proprietário de terras, que loteou uma parte, vendeu e doou aos interessados.

Porém, é oportuno lembrar que a primitiva denominação foi “Barro Branco”, devido ao tipo de solo, e mais tarde “Gato Preto”, em homenagem ao proprietário do primeiro botequim do Sr. Gato Preto.

O início da colonização do Município data meados de 1953, quando lavradores em busca de terras férteis abriram as primeiras clareiras na floresta densa da vegetação subtropical que caracterizava o revestimento de suas terras.

Com o tempo, intensificou-se o fluxo migratório na região, com famílias se estabelecendo e dando início a uma povoação, sendo elevado à categoria de Distrito em 23/09/64. No dia 29/04/92, o Município de Quarto Centenário foi desmembrado de Goioerê, elevando sua sede à categoria de Cidade.

Hoje, é um exemplo de trabalho e de orgulho para toda a população. Embora tenha enfrentado todas as dificuldades que uma Cidade jovem enfrenta, o trabalho sério e honesto de homens e mulheres, que mesmo em tempos difíceis depositavam neste chão as esperanças de dias melhores, foram decisivos para que Quarto Centenário se tornasse um Município pujante.

Diante disso, parabenizamos pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que a labuta valeu a pena.

REQUERIMENTO Nº 1911

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados voto de congratulações, pelo 27º aniversário de Emancipação Político-Administrativo do Município de Braganey, comemorado no dia 03/05/09.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Exmo. Sr. Joseney Vicente, DD. Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Dia 03 de maio é uma data especial para a população de Braganey. Afinal, o Município está comemorando 27 anos de realização e sucesso absoluto. É uma data marcante e de importante significado para este povo que faz do trabalho diário, a marca de uma população engajada no progresso e no desenvolvimento social desta Cidade.

Ao revisitar o passado, constata-se que a denominação de Braganey foi uma homenagem prestada a Ney Amintas de Barros Braga. Porém, é oportuno lembrar que a primeira denominação que se deu ao atual Município foi Rio do Tigre, em função do rio que levava o mesmo nome e ficava próximo ao pequeno povoado, que se formava no interior do Município de Corbélia, no Oeste paranaense.

As dificuldades encontradas pelos primeiros moradores do Rio do Tigre foram imensas. Entretanto, a população sempre unida e com esperança, fez com que a comunidade crescesse e participasse da vida econômica e social da região e do Estado.

Hoje, é um exemplo de trabalho e de orgulho para toda a população. Embora tenha enfrentado as dificuldades que uma cidade jovem enfrenta, o trabalho sério e honesto de homens e mulheres, que mesmo em tempos difíceis depositavam neste chão as esperanças de dias melhores, foram decisivos para que Braganey se tornasse um Município pujante.

Diante disso, parabenizamos pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que a labuta valeu a pena.

REQUERIMENTO Nº 1913

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Itaipu - PR, na pessoa da Prefeita Ana Maria Carlessi, pelos 27 anos de emancipação político-administrativa do Município, a ser comemorado no dia 30 de abril.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1947

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulação ao Município de Alto Paraná pela celebração dos 55 anos de sua emancipação no próximo dia 05 de maio.

Em agosto de 1948 foi implantado o marco fundamental da Cidade, e em 26 de setembro desse ano chegava a primeira caravana de pioneiros. A criação do Município foi estabelecida pela Lei Estadual nº 1190 de 19/08/53, sendo instalada em 05/05/54 em uma área de 407 km², desmembrando-se do Município de Nova Esperança. Nos anos 70, Alto Paraná era área de grande produção de café e sua economia baseava-se principalmente neste produto, mas no dia 18/07/75 ocorreu uma Geada Negra que devastou praticamente 100% das plantações de café do Município e da região. A partir desta data, toda a economia da Cidade foi alterada causando falências e grandes problemas sociais. Muitos agricultores tiveram de se desfazer de suas terras e se mudaram para outras regiões do País, como Minas Gerais e Mato Grosso. Após esse fato, o Município diversificou sua agricultura e também aumentou sua área de pecuária (pasto) utilizando terras que antes cultivavam café. Uma importante cultura que a Cidade adotou foi a sericicultura, chegando a ser um dos maiores produtores do Estado do Paraná. Hoje em dia produz também laranja para fabricação de suco concentrado, milho, feijão, mandioca para fabricação de farinha, cana-de-açúcar, entre outros.

É, pois, com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia o Município de Alto Paraná, destacando o fato de ter-se tornado centro referência nas áreas acima referidas e motivo de orgulho não só para seus habitantes, mas todos os paranaenses e brasileiros.

Requer-se à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento ao Prefeito de Alto Paraná, Cláudio Golemba, na Prefeitura.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 1949

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de voto de congratulações ao Município de Santa Terezinha de Itaipu, na pessoa da sua Prefeita Ana Maria Carlessi, pelos 27 anos de emancipação político-administrativa, e que seja encaminhada cópia deste à Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 03 de maio do corrente, o Município de Santa Terezinha de Itaipu comemora 27 anos de emancipação político-administrativa.

Para comemorar o evento os Poderes Executivo e Legislativo apresentam uma extensa programação.

Parabenizamos assim a toda a população e o Município, na pessoa da Prefeita Ana Maria Carlessi, que com o apoio da Câmara Municipal, tendo como Presidente o Vereador Antonio Luiz Bendo, vêm realizando uma excelente administração, levando benefícios que proporcionam melhoria da qualidade de vida e progresso àquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 1954

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem requerer ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne aprovar a consignação nos anais da Sessão Plenária, do dia de hoje, de votos de efusivas congratulações aos contabilistas paranaenses pelo Dia do Contabilista, que transcorreu no último dia 25 de abril.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado REQUER seja dada ciência da mesma, via correspondências a serem encaminhadas à Federação dos Contabilistas do Paraná, na pessoa do seu Presidente Sr. Divanzir Chiminacio, e à Associação dos Contabilistas de Marechal Cândido Rondon, na pessoa do seu Presidente, Sr. Ademir Dreher.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 1957

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de votos de congratulações ao Município de Guaratuba pelos 238 anos de emancipação política.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO N° 1926

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve vem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a aprovação de votos de louvor ao Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, pela sanção do Novo Código Ambiental Catarinense.

Foi sancionado neste mês de abril do corrente ano o Código Ambiental de Santa Catarina, iniciativa que merece consideração e análise por parte de nossa Casa de Leis Estadual.

O que deve ser ressaltado não é o texto estrito em si, mas a iniciativa do Chefe do Poder Executivo, visto que procura defender os interesses, dentre outros, dos pequenos proprietários rurais. Estes proprietários por vezes têm seu potencial produtivo restringido por leis federais, que em verdade mereciam um estudo detalhado para cada Região do Brasil, posto que resta evidente que não se pode equiparar o bioma da Região Nordeste com a Região Sul, por exemplo. E independentemente do texto conter ou não imprecisões, fica isento de reparos o fomento ao debate do tema.

Prestigiando a iniciativa do Governador e visando desde logo o início dos debates para publicação de leis que favoreçam os pequenos produtores rurais, é que solicitamos o apoio dos nobres membros para a aprovação do presente voto de louvor.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO N° 1935

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Rhayssam Poubel de Alencar Arraes.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Rhayssam Poubel de Alencar Arraes, jovem preocupado com a responsabilidade social e com uma bagagem literária acima da média para sua idade, realizou um trabalho de pesquisa científica sobre a mídia televisiva: mãe dos sete pecados capitais, classificando-se em primeiro lugar na categoria Ciências Humanas da Feira Brasileira de Ciências e Engenharia, promovida pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, baseado nas influências negativas da televisão sobre os jovens, com o objetivo de contribuir para o progresso da sociedade, estimulando nas demais a noção de que o mundo que estamos construindo deve ser preocupação de todos.

REQUERIMENTO N° 1936

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Revista Fecomércio/PR.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Revista Fecomércio/PR, pela categoria de seu trabalho, transmitindo informação e conhecimento ao seus leitores com responsabilidade e compromisso com a verdade, produzindo com esmero e excelência, traduzindo as idéias e anseios do Sistema Fecomércio aos seus filiados e interessados, com alto padrão de impressão, distingue-se pela sua diagramação, qualidade de suas fotos e reportagens.

REQUERIMENTO Nº 1937

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Hospital IPO.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Hospital IPO, referência em otorrinolaringologia, que possui excelente estrutura para atendimento, que atendimento de qualidade e conforto aos seus pacientes, possuindo uma equipe multidisciplinar de alto nível, proporcionando segurança em diagnósticos e tratamentos, tornando seu quadro de colaboradores um dos mais eficientes e dedicados, oferecendo vários serviços e procedimento que tratam dos exames e cirurgias relacionados a nariz, orelha e garganta, além de cirurgias plásticas e diversos tratamentos.

REQUERIMENTO Nº 1938

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Churrascaria Jardins Grill.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Churrascaria Jardins Grill, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma cozinha de qualidade, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável.

REQUERIMENTO Nº 1939

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Raul Fernando Pizzatto.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Raul Fernando Pizzatto, radioterapeuta do Hospital Erasto Gaetner, que realiza seu trabalho com competência e dedicação, levando afeto e conforto aos pacientes sobre sua responsabilidade, demonstrando que é possível amenizar o sofrimento dos doentes e dar-lhes esperança de recuperação, dispensando atenção genuína e espontânea, doando-se incondicionalmente para melhor realizar os processos de qualidade da instituição, fazendo o que é preciso ser feito e da melhor maneira possível, tendo como fundamento a clareza e o comprometimento para combater o câncer com humanismo, ciência e afeto.

REQUERIMENTO Nº 1953

Senhor Presidente:

Em atendimento ao parágrafo 1º, inciso V do artigo 131 do Regimento interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o envio de votos de louvor ao Executivo Municipal de Capitão Leônidas Marques, pela passagem do 45º aniversário daquele Município.

O Município de Capitão Leônidas Marques, situado na Região Oeste do Paraná, embora sua recente trajetória como Município, destaca-se como polo microrregional.

Baseado principalmente na atividade agropecuária e na indústria, os cerca de 20 mil habitantes de Capitão Leônidas Marques, com grande garra e entusiasmo, vêm se desenvolvendo e construindo um grande Município.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

REQUERIMENTO Nº 1916

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Presidente da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, Sr. Rubens Ghilardi solicitando que delibere a favor dos pedidos de ligação de energia elétrica feitos por famílias do Jardim Arvoredo localizados no Município de Araucária que moram em terrenos sem documentação.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Famílias que ocupam terrenos sem documentação, pendente de regularização junto à Prefeitura, estão sendo penalizadas injustamente por não estarem sendo atendidas quando fazem o pedido de ligação de energia elétrica junto à COPEL.

Um problema que atinge mais de 450 famílias do Jardim Arvoredo, localizado no Município de Araucária, que ficam desassistidas por um serviço que, acredito ser um direito daqueles que moram nos lotes, mesmo que ainda não estejam totalmente legalizados.

A Prefeitura Municipal vem negando a autorização para que a COPEL atenda famílias que se encontram nessa condição. Por isso, venho solicitar que a COPEL entenda a situação dos moradores e conceda a ligação de energia em áreas muitas vezes com infraestrutura para receber o serviço da COPEL.

A falta de regularização dos terrenos, neste caso, não pode ser um fator impeditivo para conceder o direito à energia elétrica a essas pessoas mais pobres. Trata-se de um apelo da população, além de uma questão de justiça. É desnecessário falar da importância do acesso a energia elétrica para a consolidação de uma vida digna, e hoje este acesso é garantido por ligações clandestinas os chamados "gatos" o que coloca em risco a vida dos moradores da referida área.

Peço atenção especial da direção da COPEL sobre o caso, já que o Governo Estadual vem demonstrando sensibilidade ao atender a população mais carente por meio de diversos programas de interesses sociais, como o Programa Luz Fraterna.

Conto com vosso apoio nessa solicitação, de extrema importância para a população de Araucária.

REQUERIMENTO Nº 1952

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM a Secretária de Estado da Educação, Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, após ouvido o douto Plenário, relativamente à aquisição dos 22 mil televisores multimídia para as escolas estaduais, conforme pregão eletrônico nº 568/06, requer informar se a compra foi formalizada mediante contrato, cuja cópia requer seja encaminhada a esta Casa. Se a formalização da compra das referidas televisões operou-se por outro instrumento informar qual e juntar a respectiva cópia.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(aa) MARCELO RANGEL, DURVAL AMARAL, ÉLIO RUSCH e RIBAS CARLI FILHO

REQUERIMENTO Nº 1955

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Tizzot e ao Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, Daniel Lúcio Oliveira de Souza, as seguintes informações referentes ao Terminal da Ponta do Félix - TPPF - em Antonina:

1) Qual era o valor estabelecido para a venda do TPPF, em operação anterior não realizada? Qual o valor total fixado para a venda do TPPF recentemente ocorrida? O pagamento será efetivado à vista ou em condições? Neste caso, especifiquem-las.

2) A empresa vencedora do certame licitatório foi a que apresentou o melhor preço ou outras circunstâncias determinaram a sua escolha? Neste caso, especifiquem-las e informar qual a razão social da empresa e seus objetivos sociais. Juntar cópia do contrato social arquivado na Junta Comercial.

3) A empresa vencedora participou da licitação isoladamente ou associada em consórcio a outras empresas? Em caso positivo informar a razão social dos consorciados e o seu domicílio.

4) Alguma das empresas consorciadas é estrangeira? Entre os sócios das mesmas, está ou estão a Fortesolo, Harbor, e/ou sócios do TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá? Informar os respectivos nomes.

5) Há previsão de investimentos pelo adquirente para melhoria da infraestrutura da Cidade de Antonina pela empresa vencedora?

6) Qual era o volume, ano a ano, de movimentação de cargas frigorificadas através do TPPF a partir de 2003? Qual foi o volume de cargas frigorificadas de janeiro de 2009 até hoje? Qual será o aumento no volume de cargas frigorificadas, tendo como base os anos de 2007 e 2008, que o novo comprador deverá acrescentar?

7) Informar e especificar todas as ordens de serviço emitidas pela APPA, nos últimos 24 meses, que trataram da movimentação de outras mercadorias que não as frigorificadas, no TPPF.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, VALDIR ROSSONI, ÉLIO RUSCH, MARCELO RANGEL, PLAUTO MIRÓ e ANTONIO BELINATI.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 198/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os restaurantes e similares onde haja consumo de alimentos deverão disponibilizar fio ou fita dental em quantidade suficiente para uso de sua clientela.

Art. 2º O fio ou fita dental disponibilizado deverá estar legalizado junto aos órgãos competentes.

Art. 3º O fio ou fita dental disponibilizado deverá estar em embalagens que o proteja de contaminação e em condições de uso quanto à higiene, especificações técnicas e prazo de validade.

Art. 4º O empresário omissor ficará sujeito às seguintes sanções, em ordem progressiva, por reincidência.

I - primeira infração: notificação para se adequar à lei em 15 dias;

II - segunda infração: multa de R\$ 1.000,00 (mil reais);

III - terceira infração: multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais);

IV - quarta infração: suspensão do alvará de localização e do exercício das atividades por 30 (trinta) dias.

Art. 5º O prazo para os estabelecimentos se adequarem à presente norma será de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se, atualmente, que a higiene bucal não se conclui apenas com a escovação. O uso do fio ou fita dental é tão importante quanto o uso da escova de dentes.

Com o uso do fio dental, é garantida a remoção de resíduos alimentares que a escova somente não consegue remover. Pesquisas apontam que a associação do uso do fio dental com a escova de dentes pode remover 26% de placas bacterianas a mais do que apenas o uso isolado da escova removeria. O correto é, pois, usar fio dental e escova de dente.

Com efeito, a escova consegue limpar a parte de fora, de dentro e por cima dos dentes, mas não consegue limpar entre os dentes. Daí a necessidade do fio dental, que atua justamente onde a escova não consegue limpar, removendo as placas e alimentos ali depositados.

Destaque-se que, do ponto de vista econômico, como já bem salientando em reportagem do Jornal O Estado de São Paulo, na edição de 28/04/09, os gastos que os donos de restaurantes e estabelecimentos congêneres teriam com a aquisição de palitos de dentes poderiam ser direcionados para o dispensador de fio dental (aparelho parecido com os equipamentos de secar as mãos), com a vantagem adicional de que, no caso do fio dental, somente a pessoa que usar o fio dental terá contato com ele, ao passo que os palitos ficam expostos na mesa e todos os que os manuseiam acabam por tocá-los, situação que favorece a proliferação de bactérias e a gravidade de doenças como a endocardite bacteriana. Ademais, há o fato de que o uso do palito pode prejudicar a gengiva, razão pela qual hoje se recomenda os palitos apenas para pegar petiscos - e não para a higiene bucal.

Em face disso, considerando a eficácia do fio ou fita dental na prevenção de cárie, doenças gengivais e periodontais, comprovado, portanto, que o seu uso é um instrumento indispensável de profilaxia das doenças bucais, conto com o apoio dos Srs. Deputados para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 199/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada a Escola Estadual da Vila Liberdade, no Município de Colombo de Escola Estadual Professor Altair da Silva Leme.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma homenagem ao Professor Altair da Silva Leme, nascido em 01/11/67, na Cidade de Borazópolis interior do Paraná, sendo o caçula de uma família de nove irmãos.

Filho de Sebastião da Silva Leme e Izaura Maria Leme, aos 03 (três) anos foi morar em Jardim Alegre, onde concluiu o ensino médio. Aos 18 (dezoito) anos veio para Curitiba em busca de novos horizontes cursando aqui o Magistério.

Em 1989 passou a residir no bairro Guaratuba no Município de Colombo. Ingressou na Prefeitura Municipal deste Município em 1991 como o assistente administrativo na Escola Municipal Padre Jones João Tibolla.

Em 1993, assumiu como professor da rede municipal de ensino. Em 1994, assumiu como professor na rede estadual de ensino, sendo um dos primeiros professores do Colégio Estadual Vila Liberdade, mais tarde vindo a atuar também nos Colégios Estaduais Zumbi dos Palmares, Genésio Moreschi e Guaratuba.

Em 1955 foi o precursor da fundação da Escola Estadual Jardim Cristina III, vindo a ser o primeiro Diretor. Cursou Filosofia e História pela UFPR e em 1998 a pós-graduação.

Em 1996 foi eleito pela primeira vez Vereador no Município de Colombo para a gestão de 1997/2000, concluiu o mandato e por decisão própria optou por não concorrer à reeleição.

Em 2001 retoma as suas atividades como professor na rede municipal de ensino na Escola Municipal Arlindo Andretta, e em 2003 concorre ao pleito para a direção da escola, em que saiu vencedor, iniciando seu mandato como Diretor em 01/01/04.

Em 01/05/05, assumiu a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes na condição de Secretário, sendo o primeiro Secretário eleito pelos funcionários da Educação, no Município de Colombo.

Em pouco tempo que esteve à frente da secretaria, foi considerado secretário destaque, reconhecido por diversos outros Municípios que estiveram em Colombo para conhecer o trabalho desenvolvido.

Em sua gestão ampliou e reformou diversas unidades de ensino entre escolas e CMEs. Construiu uma nova escola no São Dimas, no Jardim Osasco e em fase de licitação e do bairro Ana Rosa. Considerada a maior realização de sua gestão, foi a construção do primeiro Núcleo Rural de Educação, unidade de ensino esta, destinada a alunos da área rural que antes frequentavam turmas multisseriadas, com poucas condições de estrutura física.

Atualmente a escola atende em média 350 (trezentos e cinquenta alunos), tendo uma infraestrutura adequada, com quadra poliesportiva, laboratório de informática e demais dependências.

Religioso, devoto de Santa Rita de Cássia, vítima de um acidente veio a falecer em 22/03/09.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que a Escola Estadual da Vila Liberdade, passe a denominar-se Escola Estadual Altair da Silva Leme no Município de Colombo/PR.

PROJETO DE LEI Nº 200/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a Associação Espiritualista Mensageiros de Aruanda - ASSEMA, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Espiritualista Mensageiros de Aruanda - ASSEMA, é uma associação sem fins lucrativos, prestando relevantes serviços à comunidade. Fundada há quase seis anos, e registrada em maio de 2004 a ASSEMA é referência na divulgação e na promoção da fé e da paz.

Além dos inúmeros trabalhos religiosos prestando serviços de fé, conforto e orientação religiosa, todas absolutamente gratuitas, desenvolve projetos de assistência social e educacional para toda a comunidade em que está inserida.

A associação que almejamos ver declarada de utilidade pública é cadastrada na Fundação de Ação Social - FAS da Prefeitura de Curitiba, sendo parceira das ações sociais desta instituição. Mas, além dos serviços religiosos e sociais a ASSEMA vem desenvolvendo um trabalho pioneiro e exemplar na cultura de nossa gente.

Realizaram recentemente evento estadual na comemoração dos 100 anos da Umbanda, mantém parceria cultural com os quilombolas da comunidade Paiol de Telha, entre outras ações que a engrandecem e demonstram sua condição mais que necessária para que esta Casa de Leis reconheça sua utilidade pública.

Solicito aos nobres Pares este tão reconhecido título de utilidade pública do Estado do Paraná a Associação Mensageiros de Aruanda - ASSEMA

PROJETO DE LEI Nº 201/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Prêmio Dr. Francisco Cunha Pereira Filho de Jornalismo, que será entregue todos os anos, no dia 07 do mês de dezembro, a partir de 2009.

Art. 2º A homenagem será feita em reconhecimento aos destaques da imprensa paranaense e nacional.

Art. 3º O Prêmio Dr. Francisco Cunha Pereira Filho de Jornalismo, será representado por um certificado, especialmente confeccionado para esse fim.

Parágrafo Único. O prêmio também poderá ser representado por um valor em dinheiro, desde que seja através de doações da iniciativa privada, jamais podendo ser retirado do erário público.

Art. 4º Todos os anos, as Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através de seus respectivos Presidentes, poderão indicar, até o dia 07 do mês de novembro de cada ano, três jornalistas, ou trabalhos jornalísticos que mereçam receber o prêmio em sua área de competência e atuação.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa homenagear, reconhecendo o trabalho profissional ético e determinado, os jornalistas e seus trabalhos jornalísticos, dentro das áreas de atuação das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Paraná.

A escolha da data para a entrega do prêmio também é uma homenagem ao jornalista de maior destaque no Paraná, pois faz referência a data de nascimento do Dr. Francisco Cunha Pereira, nascido a 07/12/26, filho do Desembargador Francisco Cunha Pereira e de Julinda.

Dr. Francisco nos deixou no último 18 de março, ficando viúva dona Terezinha Döring Cunha Pereira e saudosos seus filhos Francisco Cunha Pereira Neto, Guilherme Döring Cunha Pereira, Ana Amélia Cunha Pereira Filizola e Cristina Cunha Pereira.

De acordo com minibiografia veiculada pela Academia Paranaense de Letras - da qual é membro - lecionou na Universidade do Paraná como catedrático interino, nas cadeiras de Ciências das Finanças, Direito Internacional Privado e Previdência Social, entre outros. Atuou no Tribunal do Júri e fez carreira como criminalista.

Ainda no campo do Direito, militou na OAB, seccional do Paraná, tendo sido Presidente do Instituto dos Advogados do Paraná. Em 1962, assumiu a direção do jornal Gazeta do Povo e, tempos depois, da TV Paranaense, Canal 12, firmando-se como empresário do campo das comunicações.

Não se sabe ao certo quando e qual foi a primeira campanha criada por Francisco Cunha Pereira Filho, mas é provável que ele tenha se iniciado na "arte da guerra" ainda na mocidade, quando cursava Direito na Universidade do Paraná. Foi em meados da década de 40.

Tudo teria começado com um debate acadêmico sobre a necessidade de fundar ginásios gratuitos para crianças e adolescentes pobres. Não ficou só na conversa. Em pouco tempo, nascia a Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, projeto que abriu diversas escolas de Curitiba no horário noturno.

Se a cronologia estiver correta, em 60 anos de vida pública essa foi a primeira de uma série de ações desenvolvidas por Cunha Pereira em prol da educação. Não foi sua única bandeira. Ao lado da defesa do ensino, tomou a dianteira em ações de combate à miséria e ao desemprego, assim como iniciativas para lograr o desenvolvimento econômico e alavancar a representação política do Paraná. O ser e estar em campanha se tornou uma marca tão forte que ficou impossível descolar sua imagem, por exemplo, da do homem que defendeu com braço forte o recebimento dos royalties de Itaipu ou a exploração do xisto em São Mateus do Sul.

Mas ao mesmo tempo em que armava campanhas de fôlego - que lhe consumiram anos, os nervos e inúmeras páginas de jornal - também era hábil em ações muito simples, com duração de um mês e efeito de uma vida. Pediu a seus leitores, certa ocasião, que comprassem plantas para dar de presente de Natal; em outra, que juntassem o lixo das praias e, mais de uma vez, que distribuíssem alimentos. Sugeriu até que criassem postos de trabalho, como fez debaixo do tocante slogan “Abra uma vaga em seu coração. Empregue pelo menos mais um”, em plena recessão dos anos 80.

Recado dado, retirava-se e dava início a nova empreitada. Feito ali, feito acolá, calcula-se que tenha promovido algo próximo de 30 campanhas, uma média incrível de uma a cada dois anos de sua trajetória de advogado e jornalista, antecipando-se a crises como a do gás e ao caos aéreo. Para esta edição de homenagem foram recuperados 18 capítulos dessa história - entre pequenas e grandes iniciativas. Impossível esconder o pesar diante de ausência como a campanha para aumentar contingente eleitoral do Paraná para 1 milhão de votos e a campanha pela alfabetização, de ambas sobraram poucos registros.

Também está ausente desta edição o Arenito Caiuá, que tanto beneficiou o Noroeste do Estado. E algumas ações em prol da sociedade do conhecimento. Cunha Pereira, por exemplo, subiu nas tribunas para pedir a criação do *campus* tecnológico de Itaipu e que não fosse abandonado o projeto TECPAR, na CIC. Também foi mentor de projetos curiosos, como o que sugeria, didaticamente, a entronização da Bandeira Nacional nas salas de aula. e a popularíssima Bicho do Paraná, uma parceria da TV Paranaense com o extinto Bamerindus feita para valorizar os talentos da terra. A música de João Belo - “eu não sou gato de Ipanema, sou Bicho do Paraná” - virou hit.

Boa parte do êxito das campanhas se devia ao estilo inconfundível de Cunha Pereira. Seu *modus operandi* bem poderia ser descrito assim: ao iniciar uma nova empreitada, escolhia sempre o melhor lugar para lançá-la, como uma universidade, ou um centro do poder, como a Assembleia Legislativa.

Ao receber adesões de políticos, estudiosos e empresários, registrava-as nas páginas do jornal, comprometendo o apoiador a levar até o fim a palavra dada ao público. A prática tinha também um segundo efeito - homens do poder e afins, naturalmente responsáveis pelas grandes questões do Estado - podiam não aderir. Mas bem que ficavam desconfortáveis com a omissão. As campanhas, afinal, eram conduzidas com a mesma empolgação trazida por Cunha Pereira dos tempos de juventude, quando dirigiu o diretório acadêmico do curso de Direito da UFPR.

Não era tudo. Além de saber o lugar, a hora e as parcerias certas para abrir campanha era preciso despertar o interesse dos leitores. Não poucos podiam julgar que energia, industrialização, pontes e estradas de ferro eram

assuntos para governantes e não para agente comum. Para tanto, nada como palestras capaz de empolgar a população. Para dar tempero aos projetos encampados pelo jornal, Cunha Pereira os popularizava com expressões como “Maldição do nevoeiro” - no caso da falta de equipamentos no Aeroporto Afonso Pena -; “Poço da discórdia” - a propósito do petróleo dividido com Santa Catarina no Mar Territorial; ou “Holanda às avessas” - jargão que tão bem definiu o estupor diante de um Paraná alagado pelas hidrelétricas.

A esse segredo somava outro, infalível - mais uma vez assumiu ele mesmo a frente de batalha, dando uma cara e uma voz ao projeto. Nessas ocasiões, era apontado nas ruas, cumprimentado por populares, abordado nas bancas de jornal e nos cafés da Rua XV, espaço onde as bandeiras que defendia viravam o prato do dia.

Tanto empenho tinha o seu preço. Além de sustentar as campanhas anos a fio em seus veículos - sob o risco de não vê-las realizadas ou de cansar leitores mais imediatistas - fazia-se presente nos grandes debates da sociedade, com cidadão e homem de imprensa. Da mesma forma, sem cerimônia, podia se negar a participar de algum evento, cuja natureza fosse contrária aos interesses do Estado. Não foram poucas as recusas.

Nos momentos de maior tensão, a posição de Cunha Pereira podia ser conferida nos editoriais da Gazeta do Povo - espaço que guarda a história de suas causas. Foi ali que tripudiou o que chamava de “migalhas dadas ao Paraná”, Estado que com tanta generosidade ofereceu à União suas riquezas, melhores terras e belezas como as Sete Quedas do Iguaçu. Com a mesma altivez, clamou por investimentos em educação, redução da miséria, geração de empregos e industrialização. Nos editoriais da página 3, festejou vitórias, como a dos royalties, e lamentou o desinteresse pelo projeto do gasoduto e a apatia de muitos paranaenses em frente de um mundo em transformação. “Vamos ser um Estado eternamente agrícola?”, perguntou de certa feita, sabedor da fragilidade do campo em gerar empregos.

No mais, era manter o ânimo da tropa. Os jornalistas que encamparam com Cunha Pereira as causas paranasistas tinham de estar dispostos a enfrentar cabos-de-guerra que se estenderiam por 10, 15 e até 20 anos - esbarrando na burocracia, na frieza, na ignorância e até no pouco caso estatal. Mas havia algo mais do que pedras no meio do caminho. Os que fizeram das campanhas uma causa para chamar de sua festejaram o salto triplo dado em 03/08/86. Nesse dia, a Gazeta chegou à marca de 100 mil e 250 exemplares - reconhecidos pelo Instituto de Verificação de Circulação (IVC) -, a 144 páginas e a 90,3% de índice médio diário de leitura de jornais por trimestre no Paraná, de acordo com IBOPE MARPLAN. A marca gerou uma das muitas festas da Redação. Nessas ocasiões, Cunha Pereira passava, cumprimentando um a um. Aos que o chamavam de “doutor”, retribuía com a mesma forma de tratamento: “Obrigado, doutor”, dizia, mesmo que se tratasse de um dos piás do arquivo.

Depois do ritual, lá se ia, pronto para outra campanha, o homem que queria ter braços para construir escolas e erguer pontes, equipar aeroportos, desenvolver indústrias, promover a ciência, dizimar a violência e acabar com toda a fome que há no mundo.

Por isso o nome do Prêmio proposto demonstra o grande valor e respeito desta Casa de Leis pelo jornalismo. Desta forma, peço o apoio dos demais Parlamentares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 202/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Educacional e Assistencial “Gabriela Mistral” - AGAMI, com sede e foro no Município de Palotina, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29/04/09.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Educacional e Assistencial “Gabriela Mistral” - GAMI, fundada em 11/05/84, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e sem fins lucrativos, vem desenvolvendo a integração entre os segmentos do contexto escolar, bem como, arte, cultura e cidadania, discutindo as políticas educacionais que vise sempre a realidade da comunidade, contribuindo para a qualidade de ensino e atividades no âmbito escolar, sempre em defesa dos direitos sociais. Prestando também, ampliar a consciência ambiental, relacionando os conteúdos específicos das áreas de conhecimento, com a temática preservação do meio ambiente e da vida no planeta Terra.

Trata-se de uma entidade com personalidade jurídica de direito civil, inscrita no CNPJ - sob nº 80.402.894/0001-85, e pela importância e representatividade é merecedora ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do Estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das Sras. e Srs. Deputados da Assembleia Legislativa.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, com a palavra o primeiro orador inscrito. Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero ressaltar aqui a importância da Audiência Pública que foi proposta por esta Casa, por iniciativa do Deputado Péricles, nosso Presidente da Comissão de

Educação da Assembleia, no dia de hoje trouxe aqui mais de 400 pessoas representando várias entidades, os povos tradicionais do Estado do Paraná. Estávamos com a presença da população indígena, quilombolas, faxinalenses, cipozeiros, ilhéus, ciganos, pescadores artesanais do Estado do Paraná. Tínhamos representantes do Governo Federal, Governo do Estado do Paraná e vários Deputados e Deputadas. Entre os Deputados presentes estavam: Luciana Rafagnin, Nereu Moura, Duílio Genari, Pedro Ivo, Tadeu Veneri, Péricles, Rosane Ferreira, vários Deputados e Deputadas que integram a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais do Paraná. Esta Frente Parlamentar só foi possível de ser construída - mais adiante o Deputado Péricles vai estar apresentando aqui na tribuna, instituindo aqui neste Parlamento - só foi possível esta Frente Parlamentar dado a organização e a persistência dos nossos povos, comunidades tradicionais do Paraná. Comunidades de mais de 200 anos, 180, 150 anos, enfim, comunidades que boa parte da população do Paraná não conhece, porque não tem visibilidade.

Quando falamos de faxinalenses, muitos paranaenses não sabem, por exemplo, no Município de Prudentópolis temos 15 faxinais. Quando falamos de quilombolas, muitos paranaenses desconhecem que temos centenas de quilombos no Estado do Paraná. Também quando falamos de cipozeiros, muita gente indaga: quem são os cipozeiros? Onde moram? Assim com relação aos ilhéus também. Tínhamos 2 mil e 200 famílias morando nas ilhas do rio Paraná, que foram atingidas pelas águas de Itaipu e até hoje reclamam por indenização, por tratamento digno.

Hoje foi um dia importante na Assembleia Legislativa, pela manhã. Vários representantes estão neste momento no Palácio das Araucárias e foram levar um documento produzido coletivamente ao Governador do Estado do Paraná. Após fazerem a entrega desse documento retornarão a esta Assembleia. Nós também, no dia de hoje, instituímos uma comissão que fará um trabalho importante para o Paraná e para os povos tradicionais.

Quero ressaltar aqui a importância dessa Audiência e cumprimentar o Deputado Péricles de Melo por ter aceitado esse desafio, puxado esse debate para o Estado do Paraná, e ele convidou todos os Deputados e Deputadas para integrar essa Frente Parlamentar. Nós integramos essa Frente e gostaríamos de reforçar o convite do Deputado Péricles para que todos os Deputados e Deputadas pudessem integrar essa Frente para defender os direitos dos povos tradicionais que são os fundadores do Estado do Paraná.

A Assembleia está de parabéns, já temos mais de 15 Deputados integrando essa Frente Parlamentar. Quanto mais Deputados tivermos será melhor para que possamos pagar a dívida social que temos com os povos tradicionais, que são os pioneiros no Estado do Paraná.

Quero registrar o aniversário de Capitão Leônidas Marques, que ontem completou 45 anos. Eu que pude viver lá naquela Cidade sei da importância que tem o Oeste do Paraná para o Estado e para o Brasil.

Quero parabenizar o povo guerreiro, lutador, de Capitão Leônidas Marques, pelo aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero também registrar, no dia 29 de abril, o aniversário do Município de Guaratuba, que também completa 238 anos de emancipação política. Lá esteve o Vice-Governador Pessuti, os Deputados Antonio Anibelli e Caíto Quintana. Uma festa muito bonita, sem dúvida nenhuma, muito especial.

As nossas homenagens a Guaratuba!

Quero registrar a presença do Presidente da Câmara de Mandirituba, Vereador Zonete, Vereador Airtton Cruz e a Vereadora Marília Sangala, todos de Mandirituba. Sejam bem-vindos a nossa Casa.

De igual maneira o Vereador Altair Dalagnol e Michel Bellé, Vereadores de Realeza, a pedido do Deputado Welter.

Vereadores de Assis que estão aqui hoje: Regina Maura Pereira, Valcir Juvêncio, Osmar Rinki, José Kulkamp todos aqui presentes na nossa Assembleia. É um privilégio tê-los aqui e sejam bem-vindos.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (Pela Ordem)

Gostaria de convidar a todos os Deputados, especialmente a Comissão da Agricultura, amanhã teremos a segunda Audiência Pública sobre o debate do Código Florestal. Será no Município de Francisco Beltrão e começa às 13h30. Então, fica aqui o convite a todos os Parlamentares, de uma maneira especial aos que fazem parte da Comissão de Agricultura, para participarem dessa segunda Audiência Pública, que está sendo muito produtiva. Esperamos contar com a presença de todos!

E gostaria de reforçar a presença dos Vereadores de Realeza, o Chicão, o Altair e também o Michael.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sejam todos bem-vindos!

E realmente gostaria que até o final da Sessão, Deputada Luciana, V. Exa. ratificasse o convite para a Audiência Pública em Beltrão, para que todos tomem conhecimento novamente, até porque essas Audiências têm sido de grande proveito e a Assembleia tem sido muito bem representada por elas. Acho que isso acrescenta muito à nossa Casa.

Gostaria que a senhora ratificasse o convite para que, principalmente os Deputados da região e os Deputados ligados à Comissão de Agricultura, lá estejam presentes.

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Quero, nesta tarde de hoje, até porque ontem havia dito que assim que tivéssemos informações do resultado da reunião da diretoria da COPEL, iríamos trazê-las para a Assembleia Legislativa e, obviamente, para todos aqueles que nos acompanham. A COPEL terminou, na noite de ontem, a sua 1838ª Reunião de Diretoria, e nessa reunião ela entendeu que o processo que está sendo implementado e que há alguns dias estamos debatendo aqui na tribuna, a aposentadoria compulsória, deve ser, a partir de agora, colocada como uma das ações efetivas da empresa. Entende também, apesar de estarmos aguardando ainda a resposta do pedido de informações que fizemos à diretoria da COPEL, que a partir do dia de ontem irá determinar que cada uma das oito diretoras apresentará à Diretoria de Administração, até o dia 28 de maio de 2009, um cronograma com a respectiva previsão escalonada - e aí já responde a um dos questionamentos que eu havia feito - de desligamento e substituição dos aposentados que não aderiram ao PDV, cronograma esse a ser cumprido até 13 de março de 2010.

Obviamente que a COPEL afirma - e não há porque duvidarmos disso - que cumprirá com todos os requisitos legais de dispensa sem justa causa, como pagamento de verbas rescisórias cabíveis e das respectivas multas sobre o depósito de fundo de garantia. E a regulamentação da questão da companhia, a partir de então, estabelecerá que qualquer empregado que vier a se aposentar pelo INSS e não aderir ao programa de incentivo à aposentadoria em prazo especificado, será desligado sem justa causa, com a subsequente substituição. Ou seja, a COPEL determinou que realmente vai fazer todas as exonerações, conforme já havíamos colocado aqui, mas cerca de 700 exonerações, e que isso se deve, em parte, à sua necessidade de ter um cronograma para que essas pessoas possam ser substituídas.

Continuo aguardando a resposta do pedido de informações e é claro que temos aí a próxima semana toda para que esse pedido possa ser feito e ainda a outra, mas espero que ainda nesse período possamos ter um entendimento entre a COPEL e os segmentos que representam os seus funcionários.

Por que digo isso? Porque há um entendimento, ao meu ver, absolutamente equivocado. Um dos argumentos utilizados para se fazer a substituição dessa forma, é que se a COPEL não souber quantos são os funcionários que vão sair, ela não pode fazer um novo concurso. Sabemos que os concursos não são feitos com vagas limitadas, mas são feitos com banco de reserva. Ninguém mais faz concurso para 1 mil funcionários, para 300 funcionários ou para 5 mil funcionários, até para evitar que haja demanda judicial. O que você faz hoje é um concurso com uma nota mínima, e todas as pessoas aprovadas acima daquela nota mínima ficam num determinado banco de reserva até terem, futuramente, a possibilidade de serem aproveitados.

Então, esse é o argumento, que precisamos de todas essas demissões para que, na sequência, possa haver o concurso, ele não acontece de fato. Então, espero que possamos ter ainda nesses próximos dias uma abertura, um canal de negociações entre os sindicatos que representam os trabalhadores da COPEL e a própria COPEL. Porque ontem à noite recebemos informações que já há um número grande de servidores organizando-se para demandarem judicialmente o seu direito de completarem, de terem complementado o seu tempo dentro da COPEL, para que assim possam também ter o direito de serem aposentados conforme determina a Fundação COPEL.

Essa é a consideração que eu queria fazer, Sr. Presidente. E quero aproveitar esses últimos minutos que tenho para fazer apenas um comunicado nesta Casa: no dia de ontem o Deputado Mauro Moraes, que é o Presidente da Comissão de Segurança - ainda não está no Plenário, mas certamente assim que estiver vamos conversar com ele - no dia de ontem eu estive participando da Sessão da Câmara Municipal de Pinhais, e há um grande questionamento de Pinhais, Deputado Lemos, feito pelo Presidente da Câmara de Vereadores, porque Pinhais, um Município governado pelo ex-Deputado Professor Luizão, cedeu há dois anos uma área para ser instalada uma Companhia de Polícia Militar, de cerca de R\$ 2 milhões e 200 mil para o Governo do Estado. Até o presente momento, segundo os Vereadores, isso não aconteceu, não foi instalado. O que eles estão aguardando? Segundo eles, estou trazendo aqui o relato da Câmara de Vereadores, há apenas a necessidade de o Governador determinar que seja feito esse destacamento no Município de Pinhais, que atenderia não só Pinhais, mas também Piraquara, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, numa população de cerca de 250, 300 mil habitantes.

Então, me parece que temos que fazer, e eu vou procurar o Presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputado Mauro Moraes, para tentarmos, junto ao Secretário da Segurança e ao Governador do Estado, o mais breve possível, vermos realizado este que é um compromisso feito, e certamente será cumprido pelo Governador do Estado junto à população de toda aquela região.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, Deputado Scanavaca, Deputado Jonas, Deputados e Deputadas.

Queria, até aos telespectadores do Paraná, justificar, Deputado Jocelito, a ausência de muitos Deputados hoje, aqui no Plenário. É que sexta-feira é feriado, e

alguns Deputados não vieram trabalhar hoje, naturalmente que eles estão se concentrando para poder comemorar o 1º de maio, porque se aparecer para trabalhar hoje aqui como vai ser? Dia 1º de maio estão todos cansados. Então, creio que esse seja o motivo da ausência de uma boa parte dos Deputados. Às vezes descansa antes do feriado, às vezes depois do feriado, e depois reclama quando perde a eleição, aí chama o povo de ingrato. Mas o povo não é ingrato, não; a falha, Deputada Rosane, é daquela que não vem trabalhar. Essa história de dizer que está na base, atendendo o povo, não cola não.

Presidente, graças a esse instrumento poderoso que V. Exa. implantou que é a TV, encontramos tanta gente em todos os cantos do Paraná que têm acompanhado as Sessões da Assembleia, acho que agora está havendo a integração, o Deputado está mais perto do povo, o povo está mais perto do Deputado. Quer dizer, a pessoa está em casa ou no trabalho, muita gente assiste. E tem aqueles que nos enviam e-mail. O Deputado Jocelito implantou um sistema de comunicação que aprendi e vou fazer semelhante, dar oportunidade para o povo se manifestar aqui. São e-mails que têm chegado. Tenho da Cleonice Crepaldi, que é de Londrina; do Emanuel Messias de Oliveira, ele está elogiando o projeto que apresentei para acabar com essa discriminação da Polícia Militar abrindo concurso público estabelecendo idade máxima de 30 anos de idade. Isso é uma vergonha! Quem tem mais de 30 anos de idade vai fazer o quê? Como vai viver?

Então, apresentamos o projeto que o Messias está elogiando, acabando com o limite de idade. Porque se for por limitar idade, nem o Roberto Requião pode ser Governador, está velho demais. aqui ninguém poderia ser Deputado. Se para trabalhar no serviço público não pode ter mais de 30 anos de idade, deveria valer para quem quer ser candidato a Deputado.

O nosso projeto diz o seguinte: para prestar serviço público tem que ter mais de 18 anos, título de eleitor, CPF, RG, e não ter condenação criminal transitada em julgado. A partir disso, todos, sendo brasileiros natos ou naturalizados, podem prestar concurso, independente da idade.

Tenho aqui o e-mail do Raimundo Pessoa Neto, falando sobre as passagens aéreas dos Deputados Federais. Tenho uma sugestão que foi dada hoje: a Câmara dos Deputados não deveria acabar com passagem aérea para deputado e nem para seus familiares, mas deveria estabelecer uma única rota. Passagem aérea à vontade para o México. Tenho a impressão que ninguém vai querer passagem de graça para o México. A população, naturalmente, ficou espantada com essa farra das passagens. Esperamos que isso seja corrigido.

Tenho aqui da professora Evelise Freitas de Souza; tenho o e-mail também da professora Rosângela Mileu: *Deputado Belinati, não é crítica, nem sugestão, apenas pergunto: se votarem o aumento de 15% o Sr. Governador não vai vetar? E daí? Nem oito nem 80, estou no magistério desde 1971, aprovada em concurso público na época do Governo Paulo Pimentel, participei de várias lutas durante 30 anos na ativa. Quando ao SAS, aqui em Ponta Grossa funciona muito bem.*

Entendi o que a professora está preocupada, porque tem emenda para estender para todos os servidores públicos o aumento de 15% que o Governador aprovou para a iniciativa privada. Mas esse aumento tem que valer, também para o serviço público, para todo mundo, para mostrar que todos são filhos de Deus, que o tratamento é igual aqui no Paraná. Então, vamos continuar defendendo o projeto de nossa autoria, dando os 15% para todos os servidores públicos, também para a Polícia Civil e para a Polícia Militar. Nosso projeto foi bombardeado, foi rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça, ontem, mas o assunto voltará aqui, Deputado Rossoni, para o Plenário. Vamos continuar insistindo.

Ontem, a galeria estava lotada. Tivemos alguns discursos bonitos a favor do funcionalismo, mas quando o funcionalismo vai embora, volta para o interior, é “ferro” no servidor. Não estão mais aqui e nada é aprovado de concreto, de objetivo, que beneficie a classe do servidor. É importante que cada paranaense que tiver interesse conheça como cada Deputado votou. Não apenas com o discurso, porque só o discurso não vai levar dinheiro para o bolso do servidor. O mais importante não é só votar o projeto, a eventual emenda dos 15%, porque depois vai para o Governador Requião e, não tenho dúvida, ele vai vetar. Aí quero ver quem é amigo, quem não é amigo do servidor público, quem é que vai votar contra o Governador Requião.

Aquele que votar contra o servidor, não tenho dúvida, é possível que daqui a um ano e pouco, este painel seja modificado com o nome de outros Deputados, porque vem a eleição. Quem trair o servidor público pode se preparar para se aposentar pelo povo. A pior aposentadoria que tem é a derrota nas urnas. Quem é leal ao povo não deve ter medo de disputar eleição. Agora, aquele que faz o discurso, mas não corresponde aos compromissos assumidos com os paranaenses, acaba uma derrota muito merecida.

Temos um e-mail da Simone de Oliveira que diz: *Preciso saber o que podemos fazer para concretizar a licença maternidade de 180 dias para as servidoras públicas no Paraná. O Paraná sai na frente nos projetos aprovados e executados, agora já está mais que atrasado nesse projeto que garante seis meses de aleitamento materno. Por que isso está acontecendo? Por favor, esclareça-me essa situação me dizendo o que podemos fazer. Muito obrigado. Que Deus abençoe e ilumine seu caminho. Funcionária pública, Simone de Oliveira. Que Deus abençoe, também, nossos colegas e que essa licença maternidade de seis meses não fique apenas na teoria, que de fato ela seja aprovada.*

Temos também do Valdecir Antônio uma citação de Paulo Freire, que diz o seguinte: *O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade, se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria caridade para a transformar. Ninguém luta contra forças que não entende, cuja importância não meça, cujas formas e contornos não possa discernir. Isto é verdade quando se*

refere às forças da natureza; isto também é assim nas forças sociais. A realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que ele (homem) o que pode fazer. Paulo Freire.

A Rosimere Muniz, funcionária pública aposentada, também, está falando aqui dos 15%. Governador Requião, abra esse coração. Dê os 15% de aumento para todos os servidores, inclusive para os aposentados, para as aposentadas, para as servidoras. Vamos mostrar para aqui no Paraná todos são tratados com igualdade, com respeito. Não adianta o Governador Requião fazer uma lei para o outro pagar, quando ele não dá o mesmo benefício para os servidores.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Nobres Deputados, a crise não chegou no Palácio onde trabalha o Presidente Lula. A crise não chegou ao Governo Lula. Estão gastando como nunca. Aliás, hoje ainda, a esposa do Presidente Lula, Dona Marisa, estava com uma grande comitiva em um hotel de luxo, em Fortaleza, passeando, agora, já não tem mais saída, sempre ao lado do Presidente Lula.

Está aqui uma matéria que chegou: a crise não chegou aos cartões corporativos. No primeiro trimestre, nos primeiros três meses deste ano, os saques do Governo, feitos em dinheiro com cartão corporativo, aumentaram em 100% em relação ao ano passado, passando de 2 bilhões, 195 milhões, para 4 bilhões, 407 milhões. Então, o Governo Federal, aleluia, está com dinheiro. Eles pegam o cartão corporativo e vão ao supermercado, vão ao free shop, vão aos restaurantes, às empresas áreas, fazem o gasto e o dinheiro sai dos cofres públicos, e o dinheiro do suado imposto que o povo paga. Portanto, vou repetir, nos três primeiros meses do ano passado, a equipe do Presidente Lula sacou em dinheiro, através de cartão corporativo, não é dinheiro do bolso deles, não, é o dinheiro do povo brasileiro, dinheiro público, sacaram 2 bilhões, 195 milhões, nos primeiros três meses do ano passado. Neste ano, nos primeiros três meses, eles sacaram 4 bilhões, 404 milhões, mostrando que ali é uma festa todo dia, de manhã, de tarde e à noite, e ao dinheiro é do povo. É por isso que, às vezes, não sobra dinheiro para pagar uma aposentadoria para o povo, falta dinheiro para pôr dinheiro nos postos de saúde, para construir hospital, para construir UTI.

Deputado Elton Welter, eu sei que V. Exa. é um defensor apaixonado do Governo, talvez tenha uma grande explicação: sacaram 2 bilhões e pouco de cartão de crédito, mas não é do bolso deles. Este ano não tem crise, dobraram, sacaram mais de 4 bilhões. Mas, V. Exa. que é do PT, do Presidente Lula, acho que traz uma boa explicação sobre esse cartão corporativo. Só quero explicar para V. Exa. que eu tenho cartões de crédito, e quando eu não pago, vou até a maquininha, no restaurante, o rapaz me fala: o seu cartão está com defeito técnico, não passou. E fingimos que estamos acreditando.

Concedo um aparte ao Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

Obrigado pelo aparte.

Se fosse no ano passado iam acusar que era por causa dos Ministros, dos funcionários do Governo, que estavam fazendo campanha para os Prefeitos do PT. Mas, este ano não é um ano eleitoral, é um ano atípico e a questão dos cartões corporativos é uma forma de gestão moderna. Se tem excesso, tem que ser denunciado, sim, mas não é ano eleitoral. No ano passado, que era um ano eleitoral, se gastou, na sua análise, porque a comparação é baseada no que foi gasto no ano passado. Então, deve ter uma explicação para isso, e é natural que os funcionários do Governo, os Ministros, viajem pelo País. Isso aconteceu em todos os Governos e não foi em ano eleitoral esse aumento de gastos.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Aliás, o Presidente Lula tem uma explicação: ele toma vinho de R\$ 800 a garrafa e diz que toma para ver como é que rico está vivendo. Saiu até na coluna do Cláudio Humberto, que o Lula foi à Argentina, aquele metalúrgico de antigamente que chegou a São Paulo montado em um caminhão pau-de-arara, vindo do Nordeste, tem muito mérito o Lula, ele olhou para o seu assessor de imprensa e disse: “Você não têm vergonha” - saiu na imprensa ontem - “você vai à cerimônia comigo com os sapatos pretos e com cinto marrom”. Aí o jornalista que estava perto ficou espantado: “Quem diria, o líder metalúrgico estar agora usando só terno Armani”. Mas, o Lula tem uma explicação: ele faz isso exatamente para ver como é que o rico está vivendo.

Para terminar, eu falava há pouco com a Catarina, com o Pessoal do comitê de imprensa, saiu no jornal que o Prefeito eleito em Londrina, Barbosa Neto, ao ser diplomado ontem, anunciou que vai aumentar a passagem de ônibus de Londrina. E como eu apoiei o Barbosa, nesse 3º turno em Londrina, estamos fazendo um apelo para que ele não aumente a passagem de ônibus, independente da situação da empresa. A empresa do transporte coletivo de Londrina é dona de fazenda, de ônibus no Brasil inteiro, inclusive da empresa Gol. Entre se preocupar com o dono da empresa que tem até companhia de aviação, primeiro temos que nos preocupar com o povo, porque muitas vezes vai a pé porque não tem dinheiro para pagar a passagem de ônibus, ou que sofre para poder pagá-la, porque não é barata. Tem pessoal desempregado, patrão que não dá vale-transporte.

Torcemos para o sucesso do Prefeito eleito, Barbosa Neto. Estamos fazendo apenas um apelo, para evitar que ele sofra um desgaste político com uma medida dessa, que acaba causando um descontentamento na classe trabalhadora, para que ele não aumente a passagem de ônibus. Que ele dê essa contribuição de caráter social para os trabalhadores de Londrina. Não é hora de aumentar passagem de ônibus.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas para tranquilizar o Deputado Antonio Belinati, já estamos com 39 Deputados em plenário.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente?

(Assentimento)

Registrar a presença do Secretário de Indústria e Comércio de Entre Rios do Oeste, Sidnei Bomm e o Vereador Ênio Furiati e também dos estudantes de Direito da Unibrasil, que hoje prestigiam esta Sessão, acompanhando o painel eletrônico e conhecendo esta Casa - fizeram uma visita ao meu gabinete - conhecendo o processo legislativo deste Poder.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Aproveitar a oportunidade para registrar a presença do Vereador Gilmar, de Palotina. Seja bem-vindo a esta Casa. Também sejam bem-vindos os estudantes da Unibrasil, que é uma faculdade que orgulha o nosso Estado, hoje. Levar o nosso abraço a um dos patronos, da nossa Assembleia, professor Clemerson Teixeira, que orgulha o nosso Estado no ramo do Direito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, pela ordem?

(Assentimento)

Lembrar o Deputado Antonio Belinati, essa figura espetacular da nossa mídia, que quando V. Exa. iniciou a sua carreira política, eu era um garoto de três anos de idade. Quem tem que aprender com V. Exa., sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)**O SR. PÉRICLES DE MELLO**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Prestar as minhas homenagens cumprimentando a população de Guaratuba, uma das Cidades mais tradicionais e mais antigas do Paraná, referência da cultura paranaense mais profunda por seu aniversário. Cumprimentar a Prefeita eleita de Guaratuba, ao lado do Deputado Nelson Justus e demais Deputados. Hoje, tínhamos uma Audiência Pública, de extraordinária importância para o Paraná, pela manhã que presidi e por este motivo não pude comemorar com a população de Guaratuba. Continuaremos lutando com outros Deputados por Guaratuba e pelos Municípios do Litoral do Paraná.

O segundo assunto que me traz à tribuna é que estive ontem, junto com o Deputado Estadual Felipe Lucas e o Deputado Federal Ângelo Vanhoni, no Município de Prudentópolis. O Deputado Federal Vanhoni trouxe o Ministro da Cultura, Juca Ferreira, ao Paraná. Pela manhã, o Ministro assinou com o Governador Roberto Requião um convênio “Para os Pontos da Cultura”, que é programa do

Governo Federal, que oferece R\$ 180 mil a cada três anos, em parceria com os Municípios e os Estados da Federação. Depois, o Ministro esteve ao lado de Felipe Lucas e Ângelo Vanhoni, na igreja que é símbolo da cultura ucraniana e da identidade do Paraná, em Mallet, de São Miguel, onde a Caixa Econômica está liberando recursos de quase R\$ 1 milhão para a restauração desse marco histórico importante do Estado.

Eles viajaram até Irati e depois esperei o Ministro em Prudentópolis, que é uma Cidade de referência da cultura ucraniana do Paraná. Uma porcentagem muito grande do seu povo é de origem ucraniana. Uma Cidade que tem uma natureza esplendorosa, saltos, importante centro turístico. Também uma Cidade que tem uma particularidade: tem o percentual maior de agricultores ligados à agricultura familiar. Por isso a visita do Ministério foi um marco para aquela Cidade. Tenho certeza absoluta que foi um marco também para o Paraná, para a nossa identidade, a cultura ucraniana e polonesa em nosso Estado. Parabéns ao Ministro, Deputado Vanhoni, parabéns aos Deputados Felipe Lucas, Pedro Ivo e demais Deputados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: hoje pela manhã, como me referia, tivemos aqui neste plenário uma Audiência Pública, com a presença de mais de 500 trabalhadores. Uma Audiência com os povos e comunidades tradicionais do Paraná, com o objetivo de criar um grupo de trabalho para formar uma Comissão em Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais, que vai levar uma série de reivindicações, de maneira permanente, ao Governo do Estado e Federal. Também para o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades e dos Povos Tradicionais do Paraná.

Esse é um assunto de extraordinária importância. Tenho aqui em minhas mãos, prospecto da Polícia Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, um decreto assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 7 de fevereiro de 2007, que conceitua com muita clareza quem entende por povos e comunidades tradicionais. No artigo 3º do decreto, item 1 define: *Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. Territórios tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente no que dispõe os artigos 2, 3 e 1 da Constituição e 68 dos atos e disposições constitucionais transitórias e demais regulamentações.*

Isso é muito importante, porque há uma diferença. Explicar de maneira mais simples:

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Vamos fazer uma análise da diferença entre povos de comunidades tradicionais com a agricultura empresarial, capitalista do agronegócio. Para essa agricultura a terra é tão-somente uma mercadoria que produz agrícolas e o único interesse do agronegócio é a reprodução e obtenção do lucro. A terra tem essa função primordial de produzir para a venda esses produtos e gerar lucro para o empresário de outra terra. Tanto que quando dá uma crise agrícola o empresário deixa de investir, deixa a terra ociosa. Porque o papel da terra é produzir mercadorias que têm uma relação com o mercado. Esse é um tipo de agricultura que é dominante no sistema capitalista.

As comunidades e povos tradicionais têm uma relação diferenciada com a terra, inclusive com o produto do seu trabalho. Essas comunidades dependem da terra não apenas para produzir produtos que vendem no mercado, mas para a própria sobrevivência cultural, social, econômica e a manutenção das suas tradições ancestrais.

Também a relação que têm com a terra, do ponto de vista da produção, é diferente. Exemplo: os cipozeiros do Litoral paranaense não precisam da terra, precisam do cipó. Eles reivindicam que exista a liberdade desses trabalhadores penetrarem nas áreas onde tem determinado tipo de cipó e fazer a colheita, colher esse cipó, para fazer o seu artesanato. E ele também tem uma relação com o ambiente, que quando não existir mais cipó eles perdem o seu trabalho. Então, eles são os mais interessados em preservar o ambiente, porque da preservação ambiental depende o ciclo da sua existência social, econômica, cultural, produtiva. Isso é basicamente a diferença entre essas comunidades.

No sistema capitalista, na medida que ele avança, é um sistema que busca transformar tudo em mercadoria. Isso é o capitalismo. O valor de troca de uma mercadoria é mais importante que o seu valor de uso. E na expansão do capitalismo, como aconteceu no Brasil e tem acontecido em muitos Países do mundo, essa estrutura fundamental da expansão, o capitalismo destrói as comunidades ancestrais. Ele quer incorporar esses territórios tradicionais para o seu objetivo, que é a acumulação incessante de capital, não só dentro do País, mas também na acumulação mundial do capital.

Então, é muito importante, porque essas comunidades preservam formas diferentes de relação com a terra, relação social entre seus integrantes, de manutenção das culturas tradicionais na sua ancestralidade, da sua visão de mundo que é de extraordinária importância para aqueles que sonham com a possibilidade de construir um mundo que valorize a diversidade e a multiplicidade cultural e aqueles que sonham com formas diferentes de desenvolvimento, que é a forma capitalista que concentra a propriedade, concentra a riqueza e distribui e amplia a miséria dos seres humanos.

Então, essa preservação é de extraordinária importância também para as referências mais profundas de identidade cultural de uma sociedade, como é o caso do Brasil e da sociedade paranaense.

Entre as 500 pessoas que estavam aqui hoje, tínhamos representantes das comunidades quilombolas - se calcula no Paraná mais de 40 mil pessoas morando nas comunidades quilombolas.

Estavam aqui os faxinalenses - hoje há cálculos de 40 mil pessoas morando nos faxinais - a maior parte totalmente aniquilada pelo agronegócio, pela impossibilidade de reprodução dessas famílias. Eu já falei de faxinais, quando fui Deputado há vários anos aqui, a primeira, segunda vez quando Deputado, começamos um trabalho e hoje há um envolvimento muito grande das suas universidades paranaenses com os faxinais paranaenses, que é uma forma muito típica do Paraná, do nosso Estado, que são os chamados criadouros comunitários. Os faxinalenses dão uma parte da sua terra individual para uso comum, aos criadores comunitários. Então, os animais de criação são criados de forma coletiva nessas terras. E nessas terras coletivas se preserva o meio ambiente, se faz o manejo da erva-mate, da araucária. Então, os faxinais, por este motivo, acabaram preservando muito mais que outros territórios, o ambiente da araucária, da erva-mate e o ambiente paranaense.

Além de que quando no faxinal vem um trabalhador que não tem propriedade, não tem terra, ele pode fazer a sua casa dentro do criadouro comunitário e se estabelecem mecanismos de sociabilidade, ajuda mútua, e tradicionalmente se preserva as ervas medicinais, tem toda uma cultura de medicina comunitária e há hoje uma organização muito forte, uma coisa muito bonita e é uma grande paixão desses povos de resistir à sua destruição.

Estavam aqui também os pescadores do Litoral paranaense, que temos um trabalho muito forte com as colônias de pescadores, estavam aqui basicamente pescadores de Superagui, do nosso Litoral, que também precisam da preservação ambiental, de uma compreensão do seu trabalho pelos órgãos ambientais que vivem basicamente da pesca artesanal.

Eu denunciava aqui, há alguns dias atrás, que tivemos uma reunião com órgão do Estado e alguns técnicos falavam claramente, sem nenhum pejo, sem nenhuma vergonha de citar e falar isso. Um técnico chegou a falar: “Não, é muito melhor o pescador artesanal servir de guia ao pescador esportivo que ele ganha mais”, pregando assim, sem subterfúgios a destruição de uma categoria social que não precisa existir, como se não fosse necessário existir, tendo uma visão completamente distorcida da civilização, do processo civilizatório, de uma proposta mais equilibrada e mais justa de desenvolvimento social.

Por isso foi um momento muito bonito que aconteceu aqui hoje, e eu queria citar a presença de vários Deputados. Estavam aqui os Deputados Tadeu Veneri, Pedro Ivo, Professor Lemos, Rosane Ferreira que usou da palavra, Nereu Moura, Duílio Genari e outros Deputados, e nós agradecemos a presença de todos.

Estamos apresentando agora, Sr. Presidente, um requerimento à Mesa da Casa solicitando o registro da Frente Parlamentar dos Povos e Comunidades Tradicionais. Temos assinatura até agora dos seguintes Deputados fazendo parte desta Frente Parlamentar: eu, Pedro Ivo, Elton Welter, Luciana Rafagnin, Tadeu Veneri, Professor Lemos, Luiz Eduardo Cheida, Rosane Ferreira, Teruo Kato, Edson Strapasson, Waldyr Pugliesi, Edson Praczyk, Luiz Claudio Romanelli, Alysson - deixou de exercer o mandato, mas quando estava Deputado assinou conosco - Beti Pavin, Reni Pereira e Douglas Fabrício.

Então, Sr. Presidente, vou apresentar esse requerimento pedindo o registro de ser votado simbolicamente por esta Casa e convido os demais Parlamentares a assinarem junto conosco. O objetivo desta Frente Parlamentar é fazer uma ação permanente reivindicando programas, benfeitorias e obras para os faxinais e também políticas legislativas que venham a afirmar identidade, defender o modelo de desenvolvimento sustentável para os povos e comunidades tradicionais do Paraná.

Quero, finalizando, cumprimentar o técnico do Ministério do MDS, que é o Aderval, que viaja o Brasil todo, tem uma experiência muito bonita com relação aos povos e comunidades tradicionais e é um dos responsáveis na alçada política federal com relação aos povos e comunidades tradicionais. Estiveram aqui hoje vários técnicos, como o Zeca, da Secretaria de Pesca e Agricultura, e outras lideranças que estiveram presentes. Também o Presidente o IPCG Mares, estiveram aqui abrilhantando e lutando a favor desta causa tão nobre e tão justa para a nossa sociedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próxima oradora inscrita, Sra. Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente quero parabenizar o Deputado Péricles de Mello pelo seu pronunciamento, fez um pronunciamento verde aqui na Casa. Eu me senti muito representada por V. Exa. aqui na Casa, primeiro porque falou do Ministro Juca Ferreira. O Ministro Juca Ferreira esteve no Paraná, ele que é um lutador pela cultura e que é Vice-Presidente Nacional do Partido Verde. Mas é um briguento, é um guerreiro pela questão da cultura. Ele costuma dizer para nós: “Cultura tem que ser como alimento. Existe o alimento do corpo, o alimento da alma, o alimento para que possamos ser inseridos na sociedade”.

Precisamos investir em cultura. Quero também parabenizá-lo pelo evento de hoje, que maravilhoso essa questão de respeitar a história, de respeitar as pessoas, de respeitar os saberes populares e construir este Estado dando oportunidade à todas as pessoas. Isso é maravilhoso, faço parte da frente encabeçada por V. Exa. e conte comigo nesta luta.

O que me traz aqui nesses cinco minutos também é o documento que recebi do Sr. Luciano, Superintendente da Secretaria de Estado da Educação, informando sobre o repasse de verbas para duas escolas no Município de Araucária. Há alguns meses atrás subi nesta tribuna e também fiz uma indicação parlamentar para que fosse dada uma atenção especial às escolas de Araucária. E hoje, com bastante alegria, recebemos esse ofício destinando cerca de R\$ 71 mil para reparo de uma escola e mais R\$ 99 mil para outra escola. Verba que vem em bom tempo, haja vista que os problemas lá eram grandes.

Quero agradecer a forma como fui recebida pelo Sr. Luciano dentro da superintendência e como ele colocou a equipe à nossa disposição, inclusive engenheiros da Secretaria da Educação estiveram conosco em Araucária e aí veio todo o processo de licitação e de contratação da empresa. Neste momento deve estar acontecendo no Município de Araucária uma reunião técnica dentro das referidas escolas para que as obras tenham início. Não poderia deixar de registrar.

Ao mesmo tempo registro, com satisfação, um e-mail que recebi há algum tempo.

(Lê):

No ano passado, pudemos reprovar dois alunos de 4ª série, para não aumentarmos o percentual de repetência, o que nos faria deixar de receber dinheiro do FUN-DEB. Esse ano, só poderemos reprovar um! Ou o percentual aumentaria... E, no ano que vem, não poderemos reprovar nenhum. Sabemos o quanto isso é irresponsabilidade. Não estou defendendo a reprovação, estou defendendo a liberdade de se avaliar aluno e chegar à conclusão de que ele está apto ou não para prosseguir os estudos.

A política econômica está acabando com a política de ensino. Porém, lendo a notícia abaixo, parece que o Governo Federal já questiona a situação atual.

Felizmente, na PM de Curitiba, a Diretora de Educação determinou: “Deve-se ensinar gramática, sim! Deve-se ensinar as unidades menores da língua, sim! (sílabas e letra, e não a partir de textos). Deve-se estudar as famílias silábicas, sim! (ba - be - bi - bo - bu; da - de - di - do - du; etc). Deve-se aplicar provas, sim! Deve-se fazer a criança ler oralmente, sim! Deve-se levar as famílias dos alunos a participarem mais ativamente do processo ensino-aprendizagem, sim!” Ou seja, já se percebeu o tamanho do rombo que se fez contribuindo para a defasagem de aprendizagem.

O que passou, acho difícil recuperar, mas, os que vêm aí, esses pisarão um chão mais firme, que os leve a ampliar seus conhecimentos e os permita desfrutar mais dignamente de sua cidadania.

Um abraço,

Loreta.

Esse é um e-mail recebido de uma professora do ensino fundamental do Município de Curitiba, e quero compartilhar com os senhores num único intuito. Esse e-mail vem muito próximo ao que foi veiculado hoje na

imprensa com relação aos resultados do ENEM do Paraná. Temos que pensar nessa situação e em outro momento debater junto com a Comissão de Educação, presidida pelo Deputado Péricles de Mello, essas questões da reprovação ou aprovação automática.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Ontem percorremos rapidamente sobre uma reunião que alguns Parlamentares aqui da Assembleia Legislativa, Deputados Scanavaca, Elton Welter, Luiz Nishimori, Teruo Kato, Douglas Fabrício, e nós havíamos participado em Brasília de uma reunião na CNA. Ontem tivemos uma referência da situação crítica e a situação tranquila que vivem os agricultores hoje, não só do Paraná, mas do Brasil inteiro, no que diz respeito ao Código Florestal Brasileiro. É importante que se registre mais uma vez que o Código Florestal Brasileiro vem em prejuízo principalmente do pequeno agricultor e não do grande agronegócio. Acho que o pequeno e o médio agricultor são os mais prejudicados com a aplicação das atuais regras do Código Florestal Brasileiro, porque se é para o pequeno retirar 20% da sua propriedade, ele inviabiliza a sua atividade economicamente. Se o pequeno agricultor tem que deixar as matas ciliares, ele inviabiliza o seu negócio e a sua atividade econômica e o grande não, porque ele ainda tem condições de sobreviver e tem condições de reflorestar se necessário for, mais é na questão da própria legislação.

Apenas faço essa introdução para dizer da intranquilidade em que vive o homem do campo, seja o pequeno, o médio ou o grande. Se não bastassem há ONGs, tanto aqui do Brasil como as ONGs internacionais e aqueles ambientalistas radicais, da esquerda mesmo, que parece que para eles é o mato que leva o alimento à mesa do cidadão brasileiro, quando na verdade o que precisamos é produzir alimento.

Se não bastasse, em um passado não muito distante, os nossos agricultores do Brasil foram impedidos de produzir suínos e foi embargada a exportação da carne até o consumo interno através de uma peste suína africana inventada no Brasil, que na verdade não existe. Se não bastasse isso, mais recente agora, com a febre aftosa, que também não existe no Paraná, mas que se criou a febre aftosa no rebanho do Estado do Paraná e nada foi comprovado. E quem pagou as consequências? Foi o agricultor, porque a União Européia e outros países e de outras regiões proibiram o embarque da nossa carne para os seus países. E quem também sofreu economicamente foi o País e os Estados produtores dessa carne - naquela época os produtores suínos e agora, mais recentemente,

os Estados produtores de carne bovina, com a febre aftosa. Mas, felizmente, através das ações dos Governos nós conseguimos, aos poucos, já liberar e exportar a nossa carne novamente. Agora, para quem assistiu e para quem lê os jornais, ouve rádio e assiste televisão, cria-se agora uma nova gripe, a gripe suína.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Ora, Srs. Deputados, não sou técnico ou especialista, mas faço em um documento da Organização Internacional da Saúde Animal, que publicou ontem, ou hoje, uma nota esclarecendo que o vírus em circulação no México e nos Estados Unidos envolve a transmissão entre pessoas e não animais. Não existe a gripe suína, mas na verdade existe uma gripe mexicana, uma gripe dos Estados Unidos, uma gripe canadense. E como é que ficam os nossos produtores?

Faço um apelo à nossa imprensa do Paraná, seja escrita, televisionada, seja o pessoal da rádio: vamos defender a economia no nosso Estado, não vamos fazer com que nossos produtores de suínos, e são muitos, principalmente da nossa Região Oeste do Estado, a Região do Sudoeste, a Região do Norte, a Região Central, o Paraná quase todo, somos um grande produtor de suínos, e se cria de novo, através de algumas informações, como se a carne suína não pudesse ser consumida. Não existe, conforme os técnicos, gripe suína. Existe uma gripe, um vírus que é transmitido entre humanos, e não é transmitido de animal para humano, nem de animal para animal, é um vírus que existe, mas o vírus lá dos canadenses, dos Estados Unidos. E o que o Brasil precisa fazer? Eu tenho assistido, ao meio-dia, alguns canais de televisão e mesmo ontem, mostrando que os aeroportos, que os portos do Brasil precisam estar preparados, precisamos salvar, proteger a nossa economia. Imaginem Srs. Parlamentares se chegar isso aqui lá na comunidade européia, lá na Ásia, seja em qualquer lugar do nosso continente, e dizer: “Não dá mais para consumir carne suína, porque existe o vírus da gripe na carne suína”. Não existe isso.

Faço questão de ler aqui um documento que foi elaborado não pelo Elio Rusch, mas pelos técnicos, pelo pessoal da área. Nós Deputados devemos defender, neste momento, quem produz, quem sobrevive da atividade da criação de suínos. Temos que defender o nosso Paraná, temos que defender o nosso Brasil neste momento. E como é que vamos defender? Aqui no Parlamento levantamos nossas vozes, no Congresso Nacional, para fazer com que as entidades representativas possam defender a nossa economia, mas principalmente o setor da carne suína neste momento.

Eu disse há pouco o que a Organização Internacional de Saúde Animal disse:

(Lê):

Nesta linha de entendimento o setor está se posicionando, com vista a desconstituir o rótulo apresentado para gripe existente no México e USA.

Neste sentido a ABIPECS emitiu nota, com a finalidade de contrapor-se às manchetes e caracterizar da doença como um problema de Saúde Pública e não de saúde animal.

Desta forma, a sugestão ao setor é tratar o tema na mesma vertente.

Sds.

Osmildo Pedro Bielecki.

Presidente SIPS

Nota a imprensa

“Não se trata de uma gripe suína. É uma gripe mexicana”, diz Pedro de Camargo Neto, Presidente da ABIPECS.

O Presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIPECS), Pedro de Camargo Neto, está usando a expressão “gripe mexicana” em vez de “gripe suína” em seus comentários sobre o grave problema de saúde ocorrido no México, nos últimos dias.

“Não há animal doente, a propagação é de homem a homem. Trata-se de um problema sério de Saúde Pública”, diz Camargo Neto, acrescentando que o mais importante agora é a transmissão de informações corretas sobre o assunto. “Devemos informar bem os cidadãos brasileiros, sobre como proceder em caso de contágio. Além disso, aumentar a vigilância sanitária em portos e aeroportos do País para evitarmos fatalidades como as ocorridas no México”.

“Não há qualquer problema em consumir a carne suína. Não existe nenhuma relação entre a gripe mexicana e o rebanho de suínos no Brasil ou em qualquer parte do mundo. O problema é o contágio ente humanos e não entre animais e pessoas”, explica o Presidente da ABIPECS.

A Organização Internacional de Saúde Animal (OIE) publicou hoje nota esclarecendo que o vírus em circulação no México e nos EUA envolve a transmissão entre pessoas.

“A gripe mexicana é uma questão de Saúde Pública e não de saúde animal”, reforça Camargo Neto. Segundo ele, “não é hora de especular comercialmente” se o Brasil será beneficiado com o evento no México e nos EUA.

Venho aqui como Deputado e paranaense fazer um pedido à imprensa do Estado do Paraná, para que não venhamos a divulgar que existe uma gripe suína implantada no Universo. Existe uma gripe americana. Se fosse suína seria contagiosa entre o animal e o ser humano. Não existe problema nenhum em consumir a carne suína. Não vamos trazer essa intranquilidade para os produtores de suínos do nosso Brasil, especialmente o do Estado do Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Carli Filho.

O Sr. Ribas Carli Filho (PSB)

Deputado Elio Rusch, eu faria o mesmo pronunciamento que V. Exa. está fazendo.

Hoje estão chamando de gripe suína, como antes chamaram de gripe asiática ou gripe espanhola. o mais correto seria chamar de gripe mexicana, ou influenza americana.

O sensacionalismo dos meios de comunicação, tem até uma foto muito marcante destacando a máscara da morte, é uma desinformação crassa. Até porque não existe foco de contaminação onde existe a criação de suínos no mundo todo. A gripe é transmitida de pessoa para pessoa. Não existe hoje no mundo um caso de contaminação ou de morte que tenha acontecido pela ingestão de carne suína.

É muita responsabilidade nossa, neste Parlamento, esclarecer que não há problema algum com a nossa carne suína, tanto no Brasil como no mundo. Há de se ter projeto de biossegurança, para que pesquisas possam acontecer para se descobrir o foco do problema, ou porquê isso está acontecendo.

V. Exa. está de parabéns em fazer esse esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço o Deputado Ribas Carli.

Espero que a Assembleia Legislativa, através das nossas comissões, seja Comissão da Agricultura, o Bloco Agropecuário, que nós Deputados que temos, de uma ou outra forma, alguma ligação com a agricultura, mas uma certeza eu tenho: todos nós Deputados temos compromisso com o desenvolvimento do nosso Estado, temos compromisso na defesa de quem produz alimentos. O que não podemos permitir é que, de repente, esse vírus seja transmitido para a sociedade, para a população como se fosse vírus que contagia, como disse com muita propriedade o Deputado Fernando Ribas Carli, de animal para humano. Não contagia de animal para humano, É um vírus que contagia de humano para humano.

Esperamos efetivamente que as entidades representativas, que a sociedade organizada do nosso Estado e do nosso Brasil possam partir em defesa dos produtores de suínos do nosso País. Parece que, semanalmente, se cria algum fato para que os produtores não possam viver e produzir com tranquilidade a alimentação que é consumida, hoje, nos grandes centros, no nosso País e, também no mercado internacional.

Seria essa a colocação, Deputado Nelson Justus, que fiz questão de fazer em defesa dos nossos produtores de suínos, não só do Paraná, mas do Brasil inteiro.

Obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Receba os nossos cumprimentos, Deputado Elio Rusch, pelo seu pronunciamento.

Grande Expediente:

Próximo orador inscrito, no Grande Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)**O SR. JOCELITO CANTO**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores que nos acompanham pela TV SINAL, televisão que transmite os acontecimentos aqui da Casa.

Falou-se em jornais, em imprensa, e me chama a atenção a nossa querida Gazeta do Povo, de hoje e de ontem, que trata esse caso da gripe suína, bem colocada pelo Deputado Elio Rusch, na forma de defesa de que é mais uma questão de mídia. Hoje vemos a Gazeta do Povo trazendo uma notícia muito importante, fazendo a capa principal desse caso. O que tem me chamado a atenção, nos últimos dias, na Gazeta do Povo, e quero cumprimentar aqui o Departamento Financeiro da Gazeta do Povo, que tem recebido umas mídias importantes do Governo Federal. Não estamos em crise. O Governo Lula está com muita grana.

Ontem abri o jornal e a educação pública tem uma página inteira colorida na Gazeta do Povo, isso aqui deve custar uns R\$ 70 mil para o Governo. Privado é mais barato. Para o Poder Público é mais caro. É uma página inteira da Gazeta do Povo! O Governo Federal está com dinheiro! Hoje, novamente, tem mais uma página na Gazeta do Povo. Não tem crise! Tem mais dinheiro aqui! Hoje, também, na Gazeta do povo, PDE, mais meia página na página 19 e mais meia página na página 21. É mais uma página! O Governo Federal esta com dinheiro! Ninguém que fale de crise! Está sobrando dinheiro em Brasília, Srs. Prefeitos que estão reclamando do fundo de participação.

Chamou a minha atenção esta página por ser colorida. Se fosse preto e branco não tinha visto. Agora, o colorido chama a atenção. Então, dois dias seguidos. Assim vemos em todas as rádios, na televisão. Todos os grandes jornais do País e todos os canais de televisão têm uma mídia nacional. Todos têm. Não existe nenhum canal de televisão que não tenha uma propaganda paga pelo Governo. Então, não crise. Chamou a minha atenção esta Gazeta, agora, dois dias seguidos, duas páginas. Fiquei curioso para saber quanto custa isso, só para ter uma ideia. Não sei se é caro, não entendo nada de jornal, se fosse rádio eu sabia. Mas de jornal não sei. Mas, pelo que sei aí nas tabelas é 30, 40 mil normal. Agora, quando é dinheiro público sempre é um pouquinho mais, porque é o povo que paga! Deve ser uns 60, 70. Até vou fazer uma pesquisa para ver, porque isso me chamou a atenção.

Mas, o assunto principal que me traz aqui é sobre os cartórios, os cartórios do Poder Judiciário. Aquela polêmica dos cartórios, aquela confusão envolvendo supercartórios. Tem um supercartório aí que tem quatro cartórios. Não sei se é dele ou é de alguém, se tem alguém envolvido no meio, ou se tem aquilo que chamamos: será que tem mais algum junto? Uma boa pauta.

Mas agora saiu uma sentença lá em Ponta Grossa, do 2º Registro, o cidadão que tem quatro cartórios no Paraná, deve ser apadrinhado de alguém, eu acho, Sr. Presidente. aliás, Sr. Presidente, cadê a nossa CPI dos Cartórios? Não vamos fazer a CPI? A CPI dos Cartórios aqui, temos uma CPI aberta, já caiu um cartorário aqui em Curitiba. Um todo-poderoso já perdeu o cargo aqui em Curitiba. E lá em Ponta Grossa, agora, o Sr. Álvaro Quadros, que é o todo-poderoso ligado aos Poderes, acaba de perder um cartório, graças a um Desembargador correto, muito correto, Dr. Paulo Roberto Hapner, tirou um cartório dele liminarmente. E ele já foi para o 3º Registro. esse cidadão tem o 3º Registro de Imóveis em Ponta Grossa, e o camarada, não sei daonde tem tanto poder um cara desse, tem quatro cartórios no Paraná! Não sei daonde vem esse poder, o cidadão deve ter conluio com os céus ou com algum santo protetor dos cartórios, porque o cara tem quatro cartórios: tem o do Pinheirinho, que ele está designado, tabelionato, Sabe quanto fatura esse cartório de Curitiba, o tabelionato, alguém tem ideia aqui? Pena que o Deputado Caíto, que é cartorário, não está aqui, poderia nos dar uma ideia. Mas esse cartório deve faturar aí uns 500, 600 mil por mês. Olha lá, se não for mais. Esse cidadão, com a proteção de um santo dos cartórios é designado para o cartório do Pinheirinho. Aí o santo protetor deu mais uma ajuda para ele, ele está de interventor do 12º Tabelionato aqui em Curitiba também. Um cartoriozinho porcaria, é outra porcariazinha, não dá nada, nada. Em tem o 3º Cartório e, Ponta Grossa, 3º Registro que acabou de assumir agora e que também é uma porcariazinha, deve dar 200mil, 300 mil por mês, é porcaria também.

E ele queria colocar no 4º Cartório que ele estava, botar uma pessoa do grupo dele. Daí o Desembargador, Dr. Paulo Roberto Hapner, mandou tirar uma escrevente, porque ele passou por cima de uma senhora de 40 anos que tinha o direito de ficar no cartório. Não entendo como é que essas coisas acontecem. Sinceramente, não estou entendendo: como é que o cidadão tem quatro cartórios no Estado do Paraná? Como, Deputado Jonas? Esse cidadão deve ter parte com algum santo que não é o da sua Igreja, muito superior ao da sua Igreja. Deve ser um santo dos céus dos cartórios, porque o cara tem quatro cartórios, tem que tirar o chapéu! E ele anda na rua e arrota grosso que ele tem costas largas. O cara é poderoso! “Eu tenho costas largas, tem gente grande por trás de mim”, o caro fala! E ninguém faz nada! E nós vamos assistir tudo isso, Deputado Romanelli, vamos assistir isso quietinhos? O cara tem quatro cartórios! Isso aqui é deboche ao povo do Paraná, aos cartórios que estão esperando uma oportunidade, aos mais antigos, isso aqui é um deboche ao estado de direito deste Paraná! Mas eu pergunto: quem é que está por trás desse cara? Como é que ele pode estar com quatro cartórios e queria tirar uma senhora lá que estava há 40 anos e tinha direito? Tirou! Tirou! Ela teve que fazer uma ação na Justiça para poder voltar, de forma liminar.

Acho que está na hora de começarmos a mostrar coisas que nunca foram mostradas aqui. Está na hora! Tem coisa acontecendo aí que tem gente que não quer ver. Tem coisas horríveis, têm decisões sendo tomadas que estão valendo muito dinheiro senhores, muito dinheiro! Pena que não podemos passar a fita aqui, o Presidente não permite. Ando louco para botar uma fita que tenho aqui, mas não pode, a lei não me permite. Eu queria mostrar para o Paraná algumas coisas, mas não dá. É uma pena.

Certa vez fomos convocados eu e o Deputado Belinati, para falarmos de uma sentença que o Deputado Belinati recebeu. É gente, tem coisa feia aí! Muito feia! Aquilo que vimos em Brasília, da briga dos dois lá, aquilo é fichinha, aquilo foi um bate-boca normal entre dois Ministros. É como os Deputados brigam aqui de vez em quando: uma briguinha normal. Agora, por trás dos Poderes, e não precisamos ir muito longe, basta abrir os cartórios, por que não abrimos esses cartórios de uma vez, passamos a régua nisso, mostramos ao povo do Paraná que tem muita coisa embaixo desse tapete? O que não posso entender, Srs. Deputados, é que o camarada tenha quatro cartórios! Ou ele tem parte com o Diabo ou com Deus, não sei! Não sei! O cara tem quatro cartórios! Quanto ganha esse cara por mês? Para quem vai esse dinheiro, para ele? Ele presta contas desse dinheiro? Ou tem algo a mais que não sabemos? Estamos vivendo um momento de transparência, está tudo transparente agora. Vamos mostrar quanto custam os anúncios, vamos mostrar tudo, tem que mostrar mesmo! É como lá em Brasília: mostra passagem, mostra tudo e acabou. Vamos mostrar tudo e acabou-se, quem fez burrada que pague pelas burradas!

Mas também essa do cartorário é uma pena que a imprensa não se interessa por isso. Imagina se o Jocelito tivesse um cartório: “Jocelito tem um cartório!” Mas o cara tem quatro cartórios, cartoriozinhos desse tamanhinho, uma grana preta por mês!

Vamos ver o Ronaldo jogar à noite ali no Atlético. Muito, obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito é o Deputado Luiz Claudio Romanelli, no Grande Expediente.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde, em primeiro lugar, para cumprir, por óbvio, aquilo que é minha obrigação como Líder do Governo, de receber as afirmações que, infelizmente, foram feitas, ontem, pelo Deputado Ney Leprevost. Afirmações inverídicas que distorcem a realidade da aplicação dos recursos que o Governo do Estado do Paraná vem fazendo na área da Saúde Pública em nosso Estado.

Sabemos que o Paraná cumpre o disposto na Constituição, que é investir 12% do orçamento em Saúde. Ao mesmo tempo, sabemos que o Paraná investiu mais de R\$ 1 bilhão e 100 milhões, em 2008, na área da Saúde, o que significa um grande investimento. Para se ter uma idéia, em 2002, Deputado Reni Pereira, o Governo investiu R\$ 415 milhões. Em 2008 R\$ 1 bilhão e 100 milhões. Coloco esse comparativo, porque demonstra o quanto o Governo tem investido na área da Saúde. Ao mesmo tempo, há uma discussão sobre a regulamentação da Emenda n° 029. E alguns membros que integram o Conselho Estadual de Saúde, ou da Saúde, melhor dizendo, fizeram declarações à imprensa baseados na desinformação, porque na rubrica da Secretaria da Segurança Pública, que tem o SIATE, que é investimento em Saúde, também tem lá, obviamente, por conta, é claro, da manutenção da Polícia Montada da Polícia Militar, de investimentos que temos, embora até haja investimentos nesse setor de equinos, recursos da Saúde, também tem que ter. Mas, objetivamente, o investimento era no SIATE. Aí o desinformado vai lá e pega o relatório e fala: “Mas isso aqui não! Estão ganhando dinheiro com cavalos!” Quando na verdade é com o SIATE. Se falar, é claro, em outros temas que ouvi aqui ontem.

Ouvi ontem, na TV SINAL, à noite, o pronunciamento do Deputado Ney Leprevost. Não foi durante o dia, para ser sincero, não foi durante a Sessão. Mas, fiquei ouvindo, à noite, o Deputado Ney Leprevost falar e me surpreendi com o Presidente da Comissão de Saúde. Sinceramente, qualquer outro Parlamentar nesta Casa pode ir à tribuna, muitas vezes motivado por uma matéria de jornal, e fazer um pronunciamento. Agora, o Presidente da Comissão de Saúde não tem esse direito de desinformar a opinião pública, até porque ele reúne a comissão, vai ao interior, realiza Audiências Públicas, conhece o investimento, os gastos que são feitos na área da Saúde, e mais, ele publicamente tem reconhecido os esforços que o Secretário Gilberto Martin tem feito para poder fazer com que a Saúde Pública do nosso Paraná melhore. Basta ver os investimentos que temos feito na construção, reforma e ampliação e mais 34 unidades hospitalares do nosso Estado. O fato é que não é possível que se apresente despesas, por conta de uma matéria de jornal, que são inverídicas e se reproduz isso na mídia, se lança e se desinforma a opinião pública. E efetivamente se transforma aquilo como se verdadeiro fosse. Ao mesmo tempo sabemos que água é igual à vacina na Saúde Pública, e da mesma importância.

A postura do nosso Governo é observar a regulamentação da Emenda n° 029. No Paraná, a área da Saúde sempre foi favorável à postura do Secretário Gilberto Martin e do próprio Governador Requião. Temos um orçamento que deve ser cumprido de forma correta.

Basta ver aqui a nota de esclarecimento feita pelo Presidente do Conselho Estadual de Saúde, que não divulgou qualquer informação voltada ao assunto, já que ela não foi discutida e deliberada em nosso instância. *Ninguém, a exceção do Presidente do... (Lê).*

Entendo que nós que lutamos - havia uma planilha errada sobre o suprimento de aviação, dizendo que se gastou 118 milhões.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado, um aparte.

(Assentimento)

Chamou-me a atenção, quando o Deputado Ney Leprevost fez esse comentário, a informação que ele deu. Concordo com V. Exa. quando disse que ele é o Presidente da Comissão de Saúde desta Casa. Ele disse que o Governo gastou dinheiro com cavalos. Se você abrir os blogs, os jornais, aqui tem só palavrão falando de cavalo. É uma pena que o Deputado Ney Leprevost não esteja aqui. Eu gostaria de lhe perguntar de onde vinha essa informação e se ele, como Presidente da Comissão de Saúde, poderia afirmar aqui que ele disse ontem, que se gastou dinheiro com cavalos. Quando, na verdade, foi gasto dinheiro com o SIATE e houve um erro da rubrica. É duro ouvir uma barbaridade dessa de um Deputado, que é Presidente da Comissão de Saúde da Casa.

Cumprimento V. Exa. por lembrar disso. Esclarecer que a Saúde, no Brasil inteiro, precisa de investimentos. Todos nós lutamos por isso.

A má-informação leva ao desespero de muita gente.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Permite-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quando cheguei a esta Casa, mesmo antes de tomar posse, logo depois as eleições de 2006, visitei esta casa e me deparei com uma Audiência Pública promovida pelo Deputado Tadeu Veneri, com o Tribunal de Contas do Estado e com o Ministério Público, onde se discutiu o orçamento da Saúde. Naquele momento, o início dessa legislatura, já se dizia: “Precisamos regulamentar a Emenda n° 029, que tem que ser tratada, indicar quais são os gastos da Saúde.”

A nossa briga tem que centrar-se em Brasília. Sou membro da Comissão de Saúde, essa matéria não foi levada para a comissão, não. Essa matéria veio direto do gabinete do Deputado Ney Leprevost para a tribuna desta Casa. Não discutimos na comissão, não analisamos. Então, que fique muito claro isso, porque às vezes quando se fala, eu tenho bastante cuidado - eu sou Vice-Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente - tenho bastante cuidado quando eu vou me colocar, se estou falando como Vice-Presidente ou se estou falando como Deputada desta Casa.

Então, isso não foi debatido lá e quero reforçar esta situação. Precisamos, sim, discutir a regulamentação da Emenda n° 029, para que fique claro que são os gastos de Saúde, e nós não passaríamos por este constrangimento.

Também quero aproveitar o meu pronunciamento para enaltecer o trabalho do Secretário da Saúde. O

Secretário Gilberto Martin, todas as vezes que precisamos discutir qualquer assunto, as portas estão abertas, todas as nossas dúvidas são esclarecidas prontamente. Todas as vezes que foi chamado nesta Casa, aqui estive para debater. Sabemos das dificuldades que ele encontra, sabemos como é difícil fazer Saúde neste País, pelas consequências das demais áreas, mas isso eu tinha que registrar.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputada Rosane.

Quero agradecer os dois apartes, e quando eu faço aqui publicamente um questionamento do pronunciamento do Deputado Ney Leprevost, tenho um respeito grande por ele, tenho uma amizade pessoal com ele, com a família do Deputado Ney Leprevost, de muitos anos, mas entendo o seguinte: justamente o cargo que ele ocupa, Sr. Presidente, o faz portador de uma responsabilidade maior ainda do que qualquer outro Parlamentar, especificamente porque ele é efetivamente o que mais especializado está, por conta da atribuição regimental de poder, de fato, debater numa comissão temática, coordenar os debates justamente dessa política pública na área da Saúde.

Entendo que antes dele ir à tribuna, de fato ele tem o dever de poder checar os números, os dados, ver se aquela informação de elementos e despesas é genérica, ou seja, para ver efetivamente do que está tratando. Penso que é fundamental que ele possa fazer isso.

Eu quero, na verdade dizer o seguinte: o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Estado da Saúde, o Secretário Gilberto Martin, é política que estamos defendendo, do gestor da área da Saúde Pública, é de regulamentar, Deputada Rosane Ferreira, a Emenda Constitucional n° 029.

O tema, na verdade, sabemos do Brasil, tem algumas coisas que ficam paralisadas e não são regulamentadas, e por conta disto ficamos, na verdade com indefinições, ou seja, sabemos que o Estado tem atribuições onde os recursos estão hoje no Governo Federal, ao mesmo tempo os Municípios têm atribuições que os recursos estão no Governo do Estado. Sabemos mais ainda, que os entes federais, um acaba exercendo função, o que seria atividade, melhor dizendo, do outro ente federal, o Município, o Estado e o Governo Federal.

O fato é que temos que reconhecer que o nosso País tem grandes indefinições em termos, como Federação, ou seja, não somos um Estado unitário, somos uma Federação, mas também, ao mesmo tempo, não tratamos entes federados com a autonomia que uma Federação deve tratar nas relações internas. Ou seja, é muito complexo mesmo este tema, ao mesmo tempo é muito difícil podermos, de fato, ver a questão tratada de forma que não seja aprofundada.

Por outro lado, queria aqui, publicamente, até em relação ao respeito que tenho por cada um dos que integram esta Casa dizer que há três dias tenho lido a coluna do jornalista Celso Nascimento, e cada dia tenho um sobresalto diferente, Sr. Presidente. Por que eu tenho um sobresalto? Porque eu tive o prazer e o privilégio que me foi concedido pelo Governador Requião de, por duas gestões, ter sido Secretário da Habitação e Presidente da Companhia de Habitação do Paraná, a COHAPAR. Ao mesmo tempo me especializei nessa área da gestão urbana, me especializei em política habitacional, tenho na verdade a consciência de que poderia ter feito muito mais, mas fiz tudo aquilo que eu sabia e fiz com grande empenho, com paixão mesmo, porque olha, o Presidente Nelson Justus foi Presidente da COHAPAR, que é uma área que todo mundo que dirige tem grande prazer, porque diariamente você pode fazer o bem para as pessoas, o sentimento de estar cumprindo aquilo que, seguramente, é o maior mandamento que temos na nossa passagem terrena, que é de auxiliar o nosso próximo. E fazer isso se resume, por incrível que pareça, na produção de habitação.

Na minha primeira gestão o que fiz? Fizemos o Programa Casa da Família, em regime de mutirão, trabalho muito intenso, construímos 48 mil 721 casas, especificamente de recursos da COHAPAR. Fizemos parcerias ainda com o BANESTADO crédito Imobiliário, atendemos naquela gestão mais de 60 mil famílias.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Nessa gestão assumi a COHAPAR e o programa que ainda tínhamos em execução era talvez um dos principais programas do Governo Jaime Lerner, que aliás, eu pessoalmente sempre gostei muito, que é o programa da Vila Rural. Foram construídas 400 Vilas Rurais, 100 Vilas são sucesso absoluto, 100 funcionam medianamente e 200 têm dificuldades. Mas é um programa onde foram construídas 16 mil unidades e eu conclui uma parte. E peguei a COHAPAR em 2003, com nenhum programa. Vivíamos um período de absoluta estagnação na produção de unidades habitacionais aqui no Paraná e no Brasil. E naquele período, no dia 12 de janeiro de 2003, eu estava sendo recebido pelo então Ministro das Cidades, Olívio Dutra, que me disse assim: “Mas, Secretário, o senhor já está aqui...” Eu disse: olha Ministro, já tive o privilégio de ter sido antes Secretário da Habitação, então não tenho o direito de ficar discutindo aquilo que tem que ser feito. Levei a ele os projetos, fui recebido no mesmo dia pelo Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Matoso.

Por que relato isso? Porque o fato é que eu consegui fazer uma grande parceria com o Governo Federal. Quando elogiei aqui, muitas vezes, o Ministério das Cidades, a Caixa Econômica, foi porque tudo o que consegui fazer na área de Habitação eu fiz com o sentimento de começar uma nova política de Habitação neste País.

Outro dia viram inclusive aqui a minha crítica ao Programa Minha Casa, minha Vida, que é um programa para a indústria da construção civil formal, que exclui efetivamente as companhias habitacionais e órgãos assemelhados. A crítica que fiz é porque ela privilegia investimentos feitos através das construtoras. É só para as construtoras.

Entendo que haverá um processo de discussão ainda, do Congresso Nacional, e vai se mudar isso. Mas, o que acontece na prática? Outro dia li uma notícia no jornal, na coluna do Celso Nascimento: *A COHAPAR tem uma situação financeira difícil, porque o Romanelli antecipou os recebíveis que tinha a COHAPAR para receber*. Ora, se eu tivesse feito isso, seria um grande irresponsável. E mais ainda, teria sido um mágico, se tivesse conseguido fazer uma operação como essa. A COHAPAR tem duas carteiras imobiliárias: uma era o SFH. Era o dinheiro que vinha ainda de financiamentos havidos do BNH e da própria Caixa Econômica Federal, Sistema Financeiro de Habitação. O outro é o SFI, que na verdade é a carteira imobiliária própria da COHAPAR. Ela é dinheiro do povo paranaense, é dinheiro do Tesouro que foi transferido, de casas que fomos construindo. O SFI, ao longo dos anos, se tornou igual e um pouco maior. Então, metade de cada um, cerca de 2 milhões de cada uma, o total é de mais ou menos R\$ 3 milhões e 600 mil a receita mensal que a COHAPAR tem para poder, de fato, investir, do ponto de vista do pagamento de todos os servidores, de poder efetivamente garantir o custeio dela como sociedade de economia mista e ao mesmo tempo sobrando recursos para poder fazer investimentos na área de habitação. Coisa que sempre fizemos.

Então, quero dizer o seguinte: em primeiro lugar, montamos uma equação com a Caixa Econômica e o Ministério das Cidades, em que peguei aqueles conjuntos problemas, ou seja, a COHAPAR tem historicamente uma inadimplência que é cerca de 12% físico, ou seja, do número de imóveis, e 25% do volume financeiro que deveria arrecadar. Ela emite cerca de 25 milhões e meio da época dos valores de prestação e arrecada 3 milhões e 600. O que aconteceu na prática? Peguei muitos desses imóveis, aproveitei as oportunidades feitas pelo Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal.

Então, tinha um imóvel, ele valia 6, 7 R\$ 8 mil de saldo devedor, nós trocamos papel, vendemos esse imóvel velho, usado, para a Caixa Econômica, através da Resolução nº 460, ou para o Ministério das Cidades, nos leilões do PSH - Programa de Subsídio da Habitação e Interesse Social, que a COHAPAR ganhou. Com isso conseguimos, na verdade, refinanciar essa dívida desses mutuários, fazendo com que eles tivessem 72 meses para pagar seis anos de prestação para pagar. E ao mesmo tempo receberam R\$ 7 mil líquido por cada um desses contratos, que nos deu capital de giro e ao mesmo tempo renovou a carteira imobiliária da COHAPAR.

Eu, desde a manhã de hoje, queria vir à tribuna para falar disso, com histórico de quanto era a receita da

COHAPAR e quanto é hoje. Para demonstrar o quê para todos? Que daquela época para essa só aumentou a receita. A COHAPAR não perdeu R\$ 1 de receita; ao contrário, teve acréscimo de receita. E ao mesmo tempo o que fizemos? Conseguimos construir casas, conseguimos fazer um programa habitacional.

Tenho um relatório aqui, que é o resumo da produção do período que vai de 1º de janeiro de 2003 a 31 de janeiro de 2007, onde concluímos 13 mil 254 unidades, deixamos em construção 11 mil 934, num total de 25 mil 188. E no Programa de Regularização Fundiária e Urbanização também entregamos urbanizado para as pessoas, 3 mil 430 atendidas e 20 mil 454 em andamento, totalizando 23 mil 884. Isso dá, na verdade, o total. Depois de imigração, isso dá 49 mil famílias atendidas em regularização fundiária e em construção de unidade habitacional nova, nas diversas modalidades dos programas. Ao mesmo, nessa equação montada que renovou, trouxe dinheiro novo para a COHAPAR, 12 mil 484 famílias foram atendidas. Muitas, inclusive, tiveram o imóvel quitado e o dinheiro novo virou prestação nova, virou imóvel novo para outra família que paga a prestação.

Ou seja, nós tivemos, não tenho o número aqui porque infelizmente mesmo sendo número do Governo eu ainda não consegui os dados, mas vou conseguir mês a mês. Hoje por exemplo, tive que me socorrer para obter os relatórios do pedido de informação feito pelo Deputado Douglas Fabrício, porque os meus relatórios estavam encaixotados, mas o Deputado Douglas Fabrício, muito gentilmente, me forneceu o pedido de informações que havíamos aprovado nesta Casa.

Estou relatando porque sempre fizemos as coisas com transparência absoluta.

No dia 31 de março de 2006, entreguei a COHAPAR com R\$ 4 milhões e 133 mil em caixa. Tinha para receber da Caixa Econômica Federal dinheiro que estava depositado na conta, R\$ 16 milhões 676 mil. Dezesseis depositados em contas vinculadas da Caixa Econômica. Tinha também, naquele mês de março de 2006, a COHAPAR havia arrecadado R\$ 3 milhões 751 mil. Duvido que em qualquer mês subsequente houve receita menor do que esta que estou aqui dizendo que foi da COHAPAR. Ou seja, todas as ações que eu fiz à frente da Companhia de Habitação do Paraná foram feitas com transparência e mais ainda, os Deputados que trabalham comigo, que atenderam Municípios, esses Municípios os Deputados conhecem.

Deputado Elio Rusch, lembra o Município de Marechal Cândido Rondon, com o Deputado Ademir Bier, as casas que nós construímos? O Prefeito Ademir Bier fez 500 casas, construímos muito e sempre pudemos atender o povo e atender bem. Estou dizendo isso porque fiz também com o Jonas, em Cianorte, enfim, em Paranaíba e em Toledo.

Estou dizendo isso porque tenho orgulho de dizer o que nós fizemos à frente da COHAPAR. Mais ainda, tenho a consciência tranquila de deixar uma equação bem

montada à frente da COHAPAR. Não posso responder aqui por conta da gestão que sucedeu a Rosângela, que era a Diretora-Presidente, para quem eu passei a gestão da COHAPAR, que depois passou para o atual Presidente, com quem eu tenho procurado manter um relacionamento republicano, esmo com divergências, e tenho tido isso com o Governador Requião e tenho procurado vir a essa tribuna e lutado para que a COHAPAR possa receber recursos. A COHAPAR tem 15 mil casas que poderiam estar sendo construídas, que o povo está esperando, muitas delas com contrato assinado por parte do Governo Federal. O dinheiro está à disposição para construir, ou estou mentindo sobre isso? Não, todo mundo sabe que estou falando a verdade, nós poderíamos estar construindo essas casas.

Esse tema, na verdade, e essa resposta, não sou eu quem dá. Durante os períodos que eu exerci a presidência da COHAPAR, certamente devo ter cometido erros. Esses erros podem ter sido objeto até da minha vontade de fazer as coisas, mas uma coisa eu garanto, que sempre administrei bem, financeiramente, a COHAPAR, sempre consegui construir, e nesta Casa nenhum Deputado, nem da Oposição, pode dizer que bateu nas portas do Romanelli quando ele era Presidente da COHAPAR e saiu sem levar aquilo que era fundamental, que era a casa que o povo precisava. E V. Exas. sabem disso!

Então, Sr. Presidente, vários Parlamentares me pediram apartes, mas começo pelo nosso grande professor, Deputado Antonio Belinati, que foi o primeiro a pedir, mas queria fazer essa explicação antes de conceder o aparte a V. Exa., o que faço com grande satisfação, porque reconheço em V. Exa. quem seguramente, do ponto de vista físico, talvez depois de mim, é o que mais construiu casas neste Estado, numericamente, porque V. Exa. fez e sabe como construir casas. Mas, quero dizer que tenho o privilégio, como Presidente da COHAPAR, de ter feito muito neste Estado.

Concedo um aparte a V. Exa.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Vou acabar chorando, Sr. Presidente, de emoção!

Deputado Romanelli, parabenzá-lo, porque são milhares e milhares de famílias que hoje têm o seu teto, e está provado que quem tem a sua casa própria, geralmente é onde há menos violência e até casais se separam menos. São estatísticas. Há muitos casais que quando têm o seu próprio teto, o índice de separação é menor, e nos conjuntos habitacionais de um modo geral, a violência é bem menor. Tenho a impressão que muita gente mora em uma casa construída na sua gestão na COHAPAR e nem sabe o nome do Presidente da COHAPAR, mas foi um trabalho social gigantesco. Parabéns a V. Exa.!

Agora, eu estava vendo aqui, e por isso pedi um aparte, porque está na internet, na coluna do Fábio Campana, e acredito que seja uma acusação até sem nenhum nexos, porque é meio comum que quem entra no cargo que é sempre o maior, sendo que quem está no cargo é o

melhor Prefeito e quem saiu não fez nada, quem é o Governador é o melhor e os outros não serviram para nada, troca o Presidente e o que está no cargo é o melhor do mundo, e assim acontece também nos órgãos públicos. Não sei há quanto tempo V. Exa. deixou a presidência da COHAPAR, mas está aqui: “Greca atribui a Romanelli o fracasso da COHAPAR”. Meu Deus do Céu! Acho que é uma acusação pesada: “Greca atribui a Romanelli o fracasso da COHAPAR”.

Como está Fábio Campana, que na minha ótica é um dos blogs mais lidos hoje aqui no Paraná, acho que é o momento até de V. Exa., que está usando a tribuna, falar, porque na minha visão esse tipo de crítica não engrandece em nada: o que entra, ficar alfinetando quem saiu. Acho que precisamos somar forças, para juntos podermos ajudar cada vez mais o povo, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Belinati!

Concedo um aparte ao Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento! Falava com V. Exa por telefone nesta semana e falei das preocupações dos pequenos Municípios com relação ao suporte técnico para construir essas casas. Eles dependem de suporte técnico, via COHAPAR, para construir mais casas. Municípios de médio e grande porte, que executaram direto com a Caixa Econômica, agilizaram a construção de casas pelo interior do Brasil afora e Municípios que operaram com a COHAPAR e deu algum problema burocrático - sei que é necessário até ter mais gente operando na COHAPAR. Só para concluir o meu raciocínio, fiz a demanda com um dos relatores, no Congresso Nacional, do Projeto Minha Casa, Minha Vida, para incluir também as Companhias de Habitação para executar as casas nos pequenos Municípios. A maioria dos Municípios, se não quiserem, ou quiserem por conta própria, dificilmente vão conseguir, porque não têm o suporte técnico e as empreiteiras não vão ter interesse na medida em que se constrói poucas casas nas Cidades pequenas. Ou se constitui um consórcio para otimizar recursos humanos altamente qualificados, para poder dar conta das formalidades para executar casas, ou faz a parceria com a Companhia de Habitação. Espero que os relatores consigam contemplar a execução de casas, o Programa Minha Casa, Minha Vida, via Companhias de Habitação.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Só para agradecer V. Exa. por aquele momento em que morreram aquelas criancinhas aqui em Piraquara e V. Exa. mandou construir uma casa em tempo recorde, e me emocionou muito naquele momento. Mas para rebater o que diz aí o nosso querido Belinati, se dizem isso do Romanelli, diziam também que nosso querido Greca,

quando Secretário da Comunicação, encheu o bolso de muitos que tinham rádio e compraram rádio com o dinheiro da Comunicação. Diziam também, estava nos blogs também.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, para encerrar, quero dizer o seguinte: eu também espero, Deputado Welter, eu conversei outro dia com o relator da Medida Provisória n° 459, que está tramitando no Congresso Nacional, é importantíssimo que as Companhias Habitacionais possam desenvolver os programas habitacionais. Nenhuma empresa tem, como tem a COHAPAR, a expertise, o corpo de profissionais, os técnicos qualificados, arquitetos, arquitetas, engenheiros, engenheiras, enfim, todos os profissionais, os técnicos sociais que a empresa tem por este Estado. São pessoas altamente qualificadas, que têm a expertise para desenvolver programa habitacional, e indiscutivelmente é uma grande companhia, e a COHAPAR é maior do que qualquer dificuldade que ela possa passar. Pelo que sei hoje, a COHAPAR está com as contas em dia e certamente tem condições de tocar os programas habitacionais. E espero que as intrigas - porque eu tenho pavor de intriga - terminem por aqui.

Usei esta tribuna hoje para poder fazer esses esclarecimentos a esta Casa, por conta, é claro, do dever que tenho de poder sempre procurar demonstrar com clareza aquilo que eu penso e aquilo que eu fiz, e prestar conta sempre à opinião pública. E tenho a consciência de saber e de ver dezenas e milhares de pessoas que vivem numa Casa da Família, num programa habitacional que nós fizemos, numa regularização fundiária, de ver a vila Zumbi dos Palmares hoje urbanizada. Porque é isso que faz a diferença. O resto, me desculpe, mas a vida é muito curta para ficar perdendo tempo com intriga.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Plauto Miró.

Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna para registrar mais uma ação importante na Cidade de Ponta Grossa. Estive participando da formatura de um curso à distância, essa nova tecnologia que possibilita pessoas assistirem aulas em várias regiões do nosso País, sendo gerado por um determinado ponto onde os professores dão aula, e via satélite vemos muitas pessoas se qualificando, aprendendo e se formando, até mesmo em curso superior, em várias regiões, em pequenas Cidades do nosso Brasil. E na nossa Cidade de Ponta Grossa tivemos um curso onde os

alunos estavam em formatura, e eu fui convidado para fazer parte. Um curso que foi patrocinado pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, e que formou técnicos em gestão pública. Servidores municipais e estaduais frequentaram esse período de aulas e qualificam-se para poderem, lá no órgão ainda trabalham, desempenhar e até mesmo podendo, de uma outra forma, ganhar mais.

No momento em que eu, nessa formatura que foi lá na Agência do Trabalhador, o representante da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, o Kovalski, que é o Secretário da Indústria e Comércio e ex-diretor do CEFET, estava representando o Prefeito, junto com outros professores que lá estavam, e no momento em que lá participávamos veio um pedido, feito pelo gerente da Agência do Trabalhador, que nos oficializou que a Prefeitura de Ponta Grossa encaminhou ao Ministério do Trabalho um pedido para que a Agência do Trabalhador venha ser municipalizada. Porque hoje os recursos que são repassados pelo FAT acabam caindo na Secretaria do Trabalho, aqui no Governo do Estado do Paraná. E a Secretaria do Trabalho é quem decide quanto e de que forma vai repassar a cada um dos Municípios paranaenses. A ideia da municipalização é fazer com que o Ministério do Trabalho possa destinar diretamente para o Município o montante do nosso Estado do Paraná.

Sabemos que os Municípios de grande porte, onde Ponta Grossa está inserida, têm o direito de receber diretamente esse recurso. O movimento já foi feito pelo Prefeito de Ponta Grossa. Nós, pessoalmente, conversamos e encaminhamos ao Senador Osmar Dias, que é integrante do PDT, e o Ministro do Trabalho é do PDT, e na nossa visão o Senador Osmar Dias é a pessoa que pode cobrar, questionar a favor da municipalização dos recursos do FAT, em especial para a nossa Cidade de Ponta Grossa.

Esses recursos são usados para qualificação da mão de obra. Inúmeras pessoas procuram as entidades em Ponta Grossa atrás de cursos técnicos para que possam ocupar um espaço no mercado de trabalho. Temos visto, conversando com várias pessoas que fizeram os cursos técnicos financiados pelo Governo, que hoje ocupam espaço no mercado de trabalho e são muito bem remuneradas.

Vou novamente cobrar, questionar junto ao Senador Osmar Dias, os Deputados Federais que fazem parte da bancada de apoio ao Presidente Lula, porque o meu partido é de Oposição. E aqui no Estado do Paraná fazemos parte do Bloco de Oposição do Governo do Estado do Paraná. E, naturalmente, eles não nos escutam. Mas em Ponta Grossa estivemos com a bandeira em punho na campanha do Senador Osmar Dias que, infelizmente, não vencemos. Mas nos sentimos no direito, em nome da Cidade, que deu a ele uma das maiores votações no Estado do Paraná, para que interfira e decida essa situação e que venha ser liberado para que Ponta Grossa possa ser beneficiada.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Recebi também esse ofício e acho importante a bancada de Ponta Grossa encaminhar para a bancada federal. Conversei agora há pouco com o Senador Osmar Dias e falei sobre esse assunto.

Acredito que, se endereçarmos especialmente à bancada federal que intervenham nesse sentido, para que possamos conseguir a municipalização dos recursos do FAT e tenhamos vitória nesse sentido.

Pode contar com o meu apoio e estarei levando ao nosso Senador Osmar Dias e também à bancada federal.

Muito obrigado.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Se já nas mãos do Senador Osmar Dias está em casa. O Senador Osmar Dias é do PDT, o Ministro é do PDT. É uma coisa tão óbvia de resolver. O Senador Osmar Dias tem um poder imenso. Ainda mais ele que está cotado para ser Líder do Governo.

Então, acho que é fácil V. Exa. tem toda razão. Basta o Senador Osmar Dias pegar o telefone, falar com o seu Ministro Carlos Lupi, que é o grande Líder do PDT, e tudo está resolvido. É uma coisa fácil de ser resolvida e tenho certeza que o Senador Osmar Dias, neste momento importante que ele vem passando, correndo o Paraná, ele vai atender esse pedido tão simples do Município de Ponta Grossa e que, sem dúvida nenhuma, vai melhorar muito a Cidade. Então, fazemos esse pedido ao nosso querido Senador Osmar Dias. É coisa pequena. O Osmar resolve num telefonema.

Agradeço.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Agradeço as palavras. Nós que somos ponta-grossenses e aqui representamos o Paraná, em especial a Cidade em que vivemos e a região dos Campos Gerais, vamos tomar uma atitude. Vamos fazer um ofício para podermos, desta forma, os quatro Deputados, assinarem juntos, pedir uma posição, um trabalho do Senador, para que o mais rápido possível possamos ver a municipalização desses recursos.

Tenho certeza, como o senhor já falou, que ele já sabe de tudo isso, já se colocou à disposição, mas oficialmente os quatro representantes de Ponta Grossa vão assinar um documento pedindo a ele uma rapidez nesse assunto.

Agradeço, Sr. Presidente, Srs. Deputados,

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Douglas Fabrício (PPS)**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO**

Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembleia Legislativa; Srs. Deputados; Sras. Deputadas; comunidade aqui presente; pessoal da imprensa.

Estivemos, Sr. Presidente, participando em Brasília, na segunda-feira e, também na terça-feira, de uma importante reunião. Sei que o Deputado Elio Rusch já falou. Estivemos com vários Deputados participando de uma importante reunião da Confederação Nacional da agricultura, tratando sobre a elaboração de projetos de lei para um novo Código Florestal Brasileiro, em especial em cada Estado. No entanto, o Deputado Elio Rusch já comentou sobre esse assunto. Então, quero falar sobre outro assunto que estivemos discutindo lá no Distrito Federal.

Em outubro do ano passado, tivemos uma Audiência Pública lá em Campo Mourão sobre Segurança Pública. Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. esteve conosco. Aqui está o relatório que elaboramos, juntamente com a Assembleia Legislativa, do trabalho que foi feito naquela noite. Nessa Audiência Pública ouvimos o Bispo, o Prefeito, as lideranças da região, o Delegado, o Comandante da Polícia, enfim, a comunidade se pronunciou sobre os problemas da Segurança Pública lá na região de Campo Mourão. Dentre os problemas, foram vários citados, tivemos o pedido, naquela oportunidade, de aumentar o efetivo da Polícia, tanto a Civil quanto a Militar.

Conseguimos, naquela oportunidade, um compromisso da Secretaria da Segurança, em novos 40 policiais. Deputado Durval Amaral, Deputado Belinati, isso foi em outubro do ano passado. Estamos, agora, em abril de 2009. Aliás, foi em outubro de 2007. Já estamos em 2009. Então, passou o ano todo de 2008 e, agora, estamos em abril de 2009.

Estive presente, neste final de semana, em Campo Mourão, na formatura desses policiais. Dos 40, acabaram se formando 36, entre homens e mulheres, novos policiais para atuar na região de Campo Mourão, envolvendo também os Municípios de Cianorte, no 11º Batalhão da Polícia Militar, para ficar mais específico. São 40 novos policiais, que temos que deixar aqui o nosso reconhecimento, que foram conquistados pelo trabalho dessa Audiência Pública e que por isso temos que registrar e agradecer ao Deputado Marcelo Rangel, que esteve presente e à todas as pessoas que participaram daquela importante reunião. Novos 40 policiais ajudam na Segurança da região, mas ainda faltam mais de 100 policiais.

Então, vamos continuar cobrando, vamos continuar fazendo Audiências Públicas, se for necessário, para que possamos aumentar o número do efetivo de policiais militares e também policiais civis, infraestrutura da Polícia Civil, melhorar a delegacia, não só em Campo Mourão, Araruna, Peabiru, enfim, toda região precisa.

Mas, além disso, outro item, vou me ater nesse meu pronunciamento em apenas dois itens: a contratação de novos policiais e também a Polícia Federal, uma Delegacia da Polícia Federal. Daquela época para cá, visitamos o Superintendente da Polícia Federal, com ofício, conversamos com várias lideranças sobre esse tema e aproveitamos, agora, nesta semana, para conversar e

pedir o apoio dos Senadores do Brasil, aqui em especial do Paraná, que representam o nosso Estado. O Senador Álvaro Dias nos atendeu muito bem, atendeu a nossa reivindicação e se comprometeu a nos ajudar para que tenhamos uma Delegacia da Polícia Federal em Campo Mourão. Também se comprometeu em nos ajudar para que tenhamos essa Delegacia da Polícia Federal em Campo Mourão, para atender toda a nossa região, também o Senador Flávio Arns.

Tivemos a oportunidade de conversar, ontem, com os três Senadores no Senado Federal. Além disso, conversamos também com o Deputado Alexandre Silveira, Deputado Federal e Presidente da Comissão de Segurança Pública de Combate ao Crime Organizado da Câmara Federal, e pedimos apoio também a ele, ao Deputado Raul Jungmann, que é o Vice-Presidente. E estamos encaminhando ofício, porque começamos com o trabalho, eu como Deputado, legislativo, pedindo o apoio dos Deputados, também dos Senadores, pedindo apoio político, criando um ambiente favorável para que o Superintendente, o Diretor-Geral da Polícia Federal do Brasil, Dr. Luiz Fernando Correia, também possa estar nos ajudando nesse nosso pleito.

Esse pleito não é do Deputado Douglas Fabrício apenas, é uma necessidade de uma região que tem mais de 400 mil habitantes e que enfrenta problemas dos mais sérios na questão do tráfico de drogas. Muitos dos assassinatos que aconteceram na região, e que nos últimos anos ultrapassaram o número de 200, muitos dos quais se vai fazer o levantamento, se vê é envolvimento com o tráfico de drogas. Muitos dos assaltos que aconteceram também têm esse envolvimento. Por isso, então, a necessidade de implantar em Campo Mourão uma Delegacia da Polícia Federal, pela qual estamos com essa bandeira, pedindo o apoio de todos que possam estar nos ajudando.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Gostaria de parabenizá-lo, Deputado Douglas, V. Exa. tem uma atuação exemplar aqui na Assembleia Legislativa, preciso parabenizá-lo pelo seu pronunciamento em favor dos profissionais da área da Segurança, dos policiais civis, policiais militares. Trabalhamos em conjunto, aqui, na Bancada de Oposição, reivindicando melhorias de salários, melhores condições para os nossos profissionais. E talvez na semana que vem, no momento em que venha para o Plenário a mensagem de reajuste para os funcionários públicos, vamos encaminhar uma emenda pedindo que seja atrelado o Plano de Cargos e Salários para os policiais civis e militares. Esse é o momento. Eles merecem muito mais do que 6%, todos os servidores públicos, mas, no caso do seu discurso, os policiais merecem também a aprovação do Plano de Cargos e Salários, que desde 2006 estão pleiteando e precisam que esse plano seja aprovado o mais rápido possível. Esse é o grande momento.

Além disso, Deputado Douglas, parabenizá-lo pela sua luta, por sua região de Campo Mourão. Nós também estamos lutando muito por uma Delegacia da Polícia Federal na região de Ponta Grossa, com o apoio do Senador Osmar Dias, que também já esteve por diversas vezes em várias reuniões, em Brasília, conversando com pessoas, autoridades, especializadas, que poderiam viabilizar essa delegacia. É uma bela luta, que estou apoiando.

Mais uma vez faço um voto de louvor à sua atuação como Parlamentar, como representante da Oposição desta Assembleia Legislativa, porque é extremamente atuante e que tem personalidade acima de tudo.

Na semana que vem teremos um grande serviço, um trabalho muito grande, para a aprovação das emendas de valorização dos servidores públicos e principalmente para os policiais civis e militares.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Marcelo Rangel.

Sobre a nossa necessidade de uma Delegacia da Polícia Federal - estamos fazendo um estudo - não tenha nenhuma dúvida, tenho certeza que Ponta Grossa também merece. Vamos trabalhar em conjunto. Porque se formos comparar a quantidade de policiais da Polícia Federal que existe, da estrutura que há no Paraná, faremos a comparação com o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, com os Estados do Sul, para que possamos ter viabilidade e também apoio do Governo Federal nesse sentido. Em especial dos nossos Senadores que estão representando o Estado do Paraná.

O senhor falou também sobre o aumento dos policiais civis e militares. Deixar aqui uma proposta ao nosso Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch. Vamos ter coerência. Apresentamos uma emenda ao projeto do Governo, quando deu um aumento à iniciativa privada de 15%. Vamos propor nesse projeto do Governo, que chegou a Casa, que vai ser discutido na semana que vem, uma emenda também propondo os mesmos 15% para os policiais militares e civis. O funcionalismo público vai receber do Governo 6%, mas o Governo também esteve disposto a dar 15% de aumento para a iniciativa privada pagar. É uma questão de coerência. Nós, da Oposição, precisamos apresentar uma emenda, corrigindo o salários dos funcionários públicos em 15%.

Obrigado, Sr. Presidente.

Ordem do Dia

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicações n°s 532 a 536/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado, viabilização de uma Biblioteca Cidadã para os respectivos Municípios: Guaraqueçaba, Colombo, Contenda, Balsa Nova e Barra do Jacaré. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações n°s 537 a 542/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado, viabilização de aparelho de ecografia para os respectivos Municípios: Guaratuba, Campo Magro, Lapa, Itambaracá, Tibagi e Campo Largo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1950, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência do Deputado Ney Leprevost, na Sessão do dia 29 do mês corrente, devido à questões de Saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento n° 1956, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 28 de abril do corrente ano, por acompanhar, em visita oficial, o Ministro da Cultura, Exmo. Sr. Juca Ferreira, aos Municípios de Mallet, Irati e Prudentópolis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 378/07, anexo Projeto de Lei n° 456/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que determina a cassação da inscrição, no cadastro de contribuintes do ICMS, na hipótese que especifica. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N° 378/07 E 456/07 A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Será cassada a eficácia da inscrição junto ao Cadastro de Contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS dos estabelecimentos que forem flagrados comercializando, adquirindo, distribuindo, transportando, estocando ou revendendo produtos oriundos de cargas ilícitas, furtadas ou roubadas.

Art. 2° A falta de regularidade da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS, inabilita o estabelecimento à prática de operações relativas à circulação de mercadorias e de prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Art. 3° O Poder Executivo divulgará, através do Diário Oficial do Estado do Paraná, a relação dos estabelecimentos comerciais penalizados com base no disposto nesta lei, fazendo constar os respectivos, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e endereços de funcionamento.

Art. 4° Com a cassação da inscrição estadual ficam vedadas:

I - a restituição ou autorização para o aproveitamento como crédito fiscal do valor do imposto que tiver sido utilizado como crédito pelo estabelecimento destinatário;

II - a restituição ou autorização para aproveitamento de saldo de crédito existente na data do encerramento das atividades de qualquer estabelecimento;

III - a transferência de saldo de crédito de um estabelecimento para outro;

IV - a restituição ou amortização para o aproveitamento como crédito fiscal no valor do imposto pago a maior, no regime de substituição tributária com centralização de cobrança que resultar como crédito de revenda de produtos provenientes de cargas roubadas, conforme definida em legislação federal.

Art. 5° O Poder Executivo Estadual no uso de suas competências exclusiva, regulamentará, a presente lei, permitindo a eficácia de seus dispositivos voltados ao combatente sistêmico ao roubo de cargas.

Art. 6° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29/04/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 007/08, de autoria do Deputado Mário Roque, que institui no calendário oficial do Estado do Paraná o Dia da Pintura, a ser comemorado no dia 1º de agosto. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 007/08
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Será instituído, no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o Dia do Pintor, a ser comemorado, anualmente, no dia 1º de agosto.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29/04/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

1ª Discussão**ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 225/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública o Instituto Matheus Emmanuel de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/08, de 26/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 225/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Matheus Emmanuel de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, o instituto que se pretende declarar de utilidade pública também é designado pela sigla “IMEL”, consoante o respectivo Estatuto Social. Desta forma, sugere-se a emenda modificativa em anexo prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 28/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 225/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o “Instituto Matheus Emmanuel de Londrina - IMEL”, com sede e foro no Município de Londrina.

Sala das Comissões, em 28/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 034/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Associação Sol Maior, com sede e foro no Município de Colorado. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 009/09, de 17/02/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 034/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Cultural Sol Maior, com sede e foro no Município de Colorado, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 28/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/09, anexos Projetos de Lei nºs 125 e 136/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que cria o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAICTM e CDHCD. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 026/09 de 31/03/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETOS DE LEI NºS 124, 125 e 136/09
ANEXADOS

P A R E C E R :

Os presentes projetos de lei de autoria dos Deputados Marcelo Rangel, Ademar Traiano e Jonas Guimarães, que cria o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing, e dá outras providências.

Os projetos de lei ora analisados não encontram nenhum óbice constitucional, tendo respaldo na Constituição Federal, que assegura:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

Já a Constituição Estadual diz:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

VIII - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na Administração Direta, Autárquica e Fundacional e fixação de remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

(...)

X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado;

Dentro desse paradigma, verifica-se que a proposição intentada encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação através do substitutivo geral anexo.

Sala das Comissões, em 28/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL DOS
PROJETOS DE LEI NºS 124, 125 e 136/09

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado do Paraná, o cadastro para o bloqueio de recebimento de ligações de telemarketing.

Art. 2º Compete ao PROCON/PR implantar, gerenciar e divulgar aos interessados o cadastro, a partir da publicação desta lei, bem como criar os mecanismos necessários à sua implementação.

Art. 3º O titular de linha telefônica que não deseje receber ligações de telemarketing poderá inscrever o respectivo número no cadastro que observará o disposto neste projeto.

Parágrafo Único. O cadastro tem por objetivo impedir que as empresas de telemarketing, ou estabelecimentos que se utilizem deste serviço, inclusive os institutos de pesquisa, efetuem ligações telefônicas, não autorizadas, para os usuários neles inscritos.

Art. 4º A partir do 30º (trigésimo) dia da inscrição, as empresas de telemarketing, os estabelecimentos que se utilizarem desse serviço ou as pessoas físicas contratadas com tal propósito não poderão efetuar ligações telefônicas direcionadas ao correspondente número, salvo se comprovarem a existência de prévia autorização do titular da linha.

Art. 5º O PROCON/PR disponibilizará às empresas a lista de usuários do cadastro a que se refere o texto, discriminando o nome, número do telefone e data da inscrição.

Art. 6º O cadastro será feito pessoalmente, via internet, ou por telefone disponibilizado pelo PROCON/PR que regulamentará as formas de inscrição.

Art. 7º A inscrição no cadastro será realizada mediante os meios descritos no artigo anterior. No ato da inscrição o usuário devendo fornecer as seguintes informações:

- I - nome;
- II - número do RG;
- III - CPF;
- IV - endereço;
- V - CEP;
- VI - telefone a ser cadastrado;
- VII - e-mail;

§ 1º O usuário poderá cadastrar somente linhas telefônicas registradas em seu nome, respeitando o limite máximo de 03 (três) números.

§ 2º Incluem-se, nas disposições desta lei, os telefones fixos e os aparelhos de telefonia móvel em geral.

§ 3º A qualquer momento o usuário poderá solicitar o seu desligamento do cadastro.

§ 4º - O usuário que receber ligações após os 30 (trinta) dias da data do ingresso no cadastro deverá registrar ocorrência do fato, junto ao PROCON/PR, informando o dia, horário, nome do atendente e da empresa prestadora do serviço, a fim de que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Art. 8º Não se aplicam os dispositivos da presente lei às entidades filantrópicas que utilizem telemarketing para angariar recursos próprios.

Art. 9º O descumprimento das obrigações estabelecidas no presente projeto sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas no artigo 56 da Lei Federal nº 8078, de 11/09/90.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28/04/09.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

**COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E
TURISMO**
PROJETOS DE LEI NºS 124, 125 e 136/09

P A R E C E R :

Os presentes projetos de lei de autoria dos Deputados Marcelo Rangel, Ademar Traiano e Jonas Guimarães, tem por objetivo criar o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, esta comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

Sendo assim, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 29/04/09.
(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente
RIBAS CARLI FILHO- Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETOS DE LEI NºS 124, 125 e 136/09

P A R E C E R :

Os presentes projetos de lei de autoria dos Deputados Marcelo Rangel, Ademar Traiano e Jonas Guimarães, tem por objetivo criar o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e de Indústria, Comércio e Turismo, esta comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

Sendo assim, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 29/04/09.
(aa) RENI PEREIRA - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Federação Paranaense de Peteca, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 032/09, de 08/04/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 150/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem por objetivo declarar de utilidade pública a FEPPE - Federação Paranaense de Peteca, com sede no Município de Curitiba e foro na Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

No entanto, tendo em vista que o foro que se consta no artigo 1º do Estatuto Social do FEPPE - Federação Paranaense de Peteca, é a Comarca de Curitiba, no Estado do Paraná, sugere-se a emenda modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 28/04/09.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 150/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a “FEPPE - Federação Paranaense de Peteca, com sede e foro no Município de Curitiba.

Sala das Comissões, em 28/04/09.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1952, de autoria dos Deputados Marcelo Rangel, Durval Amaral, Elio Rusch e Ribas Carli Filho, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELI (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1955, de autoria dos Deputados Douglas Fabrício, Valdir Rossoni, Marcelo Rangel, Elio Rusch, Plauto Miró e Antonio Belinati, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1054, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1908 a 1911, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1957, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1913 e 1916, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1915, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1927, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1917 a 1925, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1935 a 1939, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1947, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1949, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1951, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1953, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1954, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1926, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.**

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (**Pela Ordem**)

Quero registrar meu voto contrário a essa solicitação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

O meu também, Sr. Presidente, quero o mesmo registro.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero aqui, porque eu esperava inclusive que fosse votado de forma destacada, porque sabemos que este requerimento não é um requerimento comum de voto de louvor, como se o Governador de Santa Catarina tivesse feito alguma coisa que fosse muito boa para o povo paranaense. Não estamos tratando disso. Esse voto de louvor, me pediu o Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Ecologia, que teve que se ausentar do plenário, que pudesse manifestar a completa discordância da apresentação deste requerimento em Plenário, porque efetivamente, Sr. Presidente, até entendo que o Deputado proponente deste requerimento, que se não me falha a memória é o Deputado Reni Pereira, ele poderia, claro, fazer um pronunciamento, agora, apresentar voto de louvor para alguém que faz uma lei para descumprir uma lei federal que protege o meio ambiente que, quero aqui, publicamente, porque me foi pedido pelo Presidente da Comissão de Meio Ambiente, embora a Vice-Presidente, Deputada Rosane Ferreira acabou de se manifestar e chamar até a atenção, porque efetivamente um requerimento desta importância acabou sendo incluído junto com os votos de pesar e outros mais. Sinceramente, até uma falta na questão do ordenamento do voto que é, na minha avaliação, Sr. Presidente, absolutamente imprópria a manifestação do Deputado Reni Pereira. Pior ainda, sabemos que este tema envolve uma discussão no plano federal, sabemos que é competência do Governo Federal legislar sobre esta matéria.

O nosso Governo tem uma posição contrária a este posicionamento feito pelo Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique, porque, olha, sinceramente, podemos até discutir e divergir da lei federal que está em vigor, pontualmente pode-se ter uma divergência, mas olha, fazer voto de louvor para alguém que faz uma lei para descumprir a lei federal, que é indiscutivelmente um posicionamento que vai contra aquilo que está se defendendo?

Outro dia ainda houve uma divergência, todos sabem, por conta da abertura da exposição de Londrina, quando o Governador Requião teve, publicamente, uma divergência com o Ministro Stephanes, porque o que disse o Ministro? “Olha, vamos preservar o bioma amazônico e o resto é o resto.”

Ou seja, já está tudo mesmo, absolutamente, lamentavelmente, já está completamente utilizado de uma forma imprópria, sejam as várzeas, sejam as encostas, sejam as áreas da Mata Atlântica e fica por isso mesmo.

Ora, sabemos o esforço que a sociedade paranaense está fazendo para impedir a devastação, para recuperar o meio ambiente, para poder, de fato, promover através da reserva legal uma reutilização que seja efetivamente positiva do ponto de vista do meio ambiente, que não adianta devastarmos o meio ambiente e deixar o mundo pior do que o que recebemos.

Estão, sinceramente, esta Casa apresentar voto de louvor para uma lei que é absolutamente questionável, eu, Sr. Presidente, quero manifestar meu posicionamento, o encaminhamento contrário a apresentação, porque não é a posição do nosso Governo, não é pessoalmente a minha posição, embora seja até menos relevante, e não é a posição do Presidente da Comissão de Meio Ambiente esta Casa, o Deputado Luiz Eduardo Cheida, que me pediu para fazer este encaminhamento.

Então, eu queria, na verdade, recomendar pela rejeição desse voto de louvor, e o Deputado Reni Pereira já manifestou o seu ponto de vista, manda uma carta para o Deputado, para o Governador de Santa Catarina, mas ao mesmo tempo o Paraná tem que ter uma postura de preservação do meio ambiente e não devastação ainda maior do que aquilo que já temos de muito positivo, que é o movimento a favor da ecologia e da sustentabilidade ambiental em nosso Estado.

Por isso, Sr. Presidente, pela rejeição desse voto de louvor a essa lei estapafúdia votada em Santa Catarina.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Para requerer votação no painel do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, vejo que o Líder até confessou isso, ele não leu o requerimento. Só faltou eu fazer um aparte perguntando se o Deputado Romanelli sabia quantos graus que está o ar condicionado aqui no plenário hoje. Porque é justamente o que acontece. Estou fazendo um requerimento de voto de louvor - vou começar pelo final - prestigiando a iniciativa do Governador, visando garantir o início dos debates para a publicação de leis que favoreçam os pequenos produtores rurais. Não estou aqui elogiando - aliás, sou contra a mata ciliar de apenas cinco metros - mas pela coragem que o Governador teve de avocar para si o debate. Pode ter certeza, Deputado Zucchini, vai acelerar, e muito, o Código Floresta Nacional a publicação dessa lei em Santa Catarina. A coragem desse homem público é que estou enaltecendo. Não estou falando se é certo, se é errado. Confesso, vi a publicação da lei, é muito extensa, deve ter um monte de equívocos. Mas ele teve a coragem de ficar ao lado do pequeno produtor e, com certeza, antes de mandar para a Assembléia

para ser aprovado por unanimidade, ele não ficou no ar condicionado debatendo. Ele foi ver a realidade daqueles produtores que plantam na encosta, porque tem que chegar até perto do rio, e se tirar aquele pequeno agricultor de lá, vão morrer de fome. Mas lá no Rio de Janeiro, aqui no Paraná, na Assembléia Legislativa, com o ar condicionado, nos gabinetes de Brasília, é muito interessante ficarmos legislando sem ver a realidade.

Então, o voto de louvor, Deputado Romanelli, não é pelo Código Florestal, é pela atitude de trazer o debate para Santa Catarina, que vai contribuir, e muito, para a aceleração do processo e para que muitas discrepâncias que existem hoje no plano nacional, inclusive o Deputado Elton me falava que depende do solo, quando é argiloso pode ser menos essa reserva que a água penetra, quando a laje está mais perto da superfície tem que ser mais longo. Agora estamos entendendo que não tem uma regra uniforme.

Dá para se discutir? Dá, mas tem que se dar o primeiro passo. E esse primeiro passo o Governador de Santa Catarina, os Deputados de Santa Catarina tiveram a coragem de, pelo menos, começar o debate. E o voto de louvor não é pelo código, é pela atitude de chamar o debate. Sei que o código é inconstitucional. Certamente será bloqueado na Justiça, mas acho que temos que enaltecer o debate que Santa Catarina está chamando para que se acelere a discussão. Porque há uma intranquilidade, não só em Santa Catarina, no Paraná. Os agricultores não sabem se no ano que vem eles poderão plantar integralmente as suas terras, ou se terão que recompor uma área na sua própria propriedade, ou se poderão recompor junto à mata ciliar.

Enquanto ficamos discutindo o sexo dos anjos no ar condicionado, os agricultores estão lá sem ter a tranquilidade de saber se poderão ou não continuar produzindo. Não defendemos a devastação, defendemos a conservação. Mas acima de tudo o bom senso.

Era isso que tinha para encaminhar. Esse voto de louvor não é pelo Governador, é pela coragem do Governador de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar o Sr. Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não quero nem entrar no mérito da questão do voto de louvor. Mas uma coisa, Deputado Romanelli, tem que ser feita na questão da legislação do meio ambiente no Brasil. Os Deputados Elton Welter, Teruo, Luiz Nishimori, Douglas Fabrício, Scanavaca, estivemos em Brasília e lá estiveram os Deputados de Santa Catarina e fizeram uma exposição de como é que eles criaram e de como eles legislaram sobre o Código Florestal deles em Santa Catarina. É uma questão jurídica a ser interpretada, porque não os Deputados de Santa Catarina, mas sim um outro advogado jurista que disse que conforme a

Constituição Brasileira, o artigo 24 diz o seguinte: *Compete à União, aos Estados e Distrito Federal legislar concorrentemente sobre...* Aí vem todos os itens sobre o que você pode legislar concorrentemente. Quando a lei dá diretriz básica, os Estados podem legislar sobre determinados assuntos. Agora, dizer qual é a largura da mata ciliar, se é 10, 20 metros não é a lei, é o que os técnicos falaram.

Deputados Reni, Zuchinho, Romanelli, são outros fatores que têm que ser levados em consideração. Por exemplo, se o rio tem 10 metros de largura e se esse rio está localizado num vale, e há uma inclinação, é lógico que a mata ciliar tem que ser maior que cinco ou 10 metros, porque a erosão se torna mais fácil.

Se o rio está localizado num solo arenoso, automaticamente a mata ciliar tem que ser larga. Se o solo onde está o rio é mais argiloso, automaticamente a mata ciliar pode ser mais estreita. E tem outras coisas que têm que ser levadas em consideração. Por exemplo, a estrutura do solo, a espessura do solo também entre a laje, entre as pedras, tudo isso tem que ser levado em consideração.

Alguém tem que criar esse fato. A Assembléia de Santa Catarina, o Governo de Santa Catarina criou um fato e chamou a atenção do Brasil inteiro, no momento em que o Congresso Nacional está votando o Código Florestal Brasileiro. Agora, se a lei é inconstitucional ou não, quem vai dizer é o Supremo. A Assembléia e o Governo de Santa Catarina vieram proteger o pequeno proprietário. O pequeno proprietário é o grande prejudicado com o Código Florestal Brasileiro que temos hoje. Têm que ser revistas algumas condições. Não é possível.

Acho que o Deputado Reni Pereira, com todo respeito, assinei o voto de louvor de uma outra forma de manifestação, mas já que apresentou um voto de louvor e o requerimento está aqui para ser votado, entre rejeitá-lo e aprová-lo, vamos aprovar o requerimento. Não dá para rejeitar esse, requerimento de forma alguma. Se formos rejeitar o requerimento, é a mesma coisa que dizer aos agricultores: olha, vocês têm que cumprir o Código Florestal Brasileiro. Me perdoe o Líder do Governo, mas não dá.

Como o requerimento está aqui para ser votado, vote a favor ou vote contra, eu voto a favor e cada Deputado deverá votar de acordo com a sua consciência. Acho que uma manifestação seja até a melhor saída, mas não dá para, neste momento, e tem que tomar muito cuidado com a questão do Código Florestal, ou seja, a lei que regulamenta a mata ciliar. Não podemos radicalizar nem para um lado, nem para outro. De um lado temos os radicais que são os ambientalistas e por outro lado temos aqueles radicais que não querem fazer nada. Tem que se encontrar um meio termo. Tem que tomar muito cuidado, muita cautela neste momento. Todo mundo quer produzir. Temos os números aqui, 71% da área do Brasil é unidade de conservação, terra indígena.

Disse que 71% da terra do Brasil, no solo brasileiro já é unidade de conservação, ou área indígena, ou são APPs; sobra apenas 29% e nesses 29% temos os biomas da Amazônia e o bioma do Pantanal. É pouca terra que sobra, e o brasileiro é visto como destruidor, como responsável por contaminar o meio ambiente. Temos que tirar exatamente essa pecha que se aplica à sociedade do Brasil e principalmente ao homem do campo e à agricultura.

Vamos tomar muito cuidado com isso, para não radicalizar nem para um lado e nem para o outro, mas neste momento, como o Reni apresentou o requerimento, voto favorável, Deputado Reni Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A Assembleia do Paraná se renova, se inova e me perdoem, porque acho que até de certa forma estamos exagerando um pouco, porque estamos discutindo e debatendo um voto de louvor a um Governador de um Estado co-irmão, que é o Estado de Santa Catarina. Quero lembrar aqui que o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, é Cidadão Honorário do Estado de Santa Catarina e inclusive me trazem aqui: “Requião recebe título de Cidadão Honorário do Estado de Santa Catarina”.

Então, imagino que é muito desconfortável para a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sem entrar no mérito da questão do voto de louvor em função da Lei Ambiental ou não, mas é muito desconfortável para nós, enquanto Poder, fazermos essa descortesia com o Governador de Santa Catarina, até porque o Governador do Paraná é Cidadão Honorário lá em Santa Catarina.

Então, faço um apelo para que o nosso Líder do Governo, que é do partido do Governador Luiz Henrique, retire essa questão, deixe passar o voto de louvor e vamos deixar que a discussão ideológica se dê quando esse projeto for aqui apresentado, se é que ele vai ser apresentado e se é que vai tramitar na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Era essa a consideração que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bem colocado.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, só para esclarecer que vou votar a favor, Deputado Durval. V. Exa. me convence com esses seus cabelos brancos! V. Exa. tinha que estar mais presente nos debates, porque quando faz um apelo desses, não posso votar contra.

Agora, só não vou concordar com as palavras do Deputado Reni, até porque o ar-condicionado lá no 7º andar funciona muito mal. Lá não tem ar-condicionado, e respeitar a comissão que é presidida pelo Deputado Cheida e pela nossa Vice-Presidente, a Deputada Rosane. Entendi o que o Deputado Durval quis dizer agora, mas no que se refere à questão, acho que aqui temos uma comissão nesta Casa, indicada por nós Deputados, e essa comissão, discute os assuntos e nos traz, aqui no plenário, subsídios para votarmos.

Ou nós respeitamos a comissão ou fechamos as comissões. Se a comissão se reúne, debate, vai lá e diz o que pode e o que não pode e V. Exa. diz que os Deputados aqui ficam só com o ar-condicionado? O que é isso, Deputado Reni? Com todo respeito a V. Exa. E se o Governador vai ao interior para fazer o debate, é obrigação dele. A obrigação do governante é governar com o povo, é discutir com o povo. Esse é o princípio de um bom governante. Então, se ele vai lá, dizem que é mérito. Não é mérito, mas obrigação dele discutir com o povo.

Vou votar porque o Deputado Durval Amaral colocou, acima de tudo, aquilo que chamamos de respeito de um Estado pelo outro e não pelo seu pronunciamento. Vou votar pelo pronunciamento do Deputado Durval Amaral, porque acho que V. Exa. exagerou, e quando exagerou, prejudicou e até tratou mal a nossa comissão da Casa, pela qual tenho o maior respeito. Vou votar a favor pelo respeito aos Estados e pelo respeito à comissão desta Casa.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Dobrandino.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Rapidamente, também queria manifestar a minha posição com relação a esse requerimento. Claro que não é esse voto de louvor que vai resolver o problema nem de Santa Catarina, nem do Paraná e nem do Brasil, mas serve para manifestar a opinião que diverge com relação ao Código Florestal. E olha, quero parabenizar também o Governador de Santa Catarina, que é um homem sério, um Governador de coragem e que tomou providências em favor do povo Santa Catarina. Se deixar o novo código que vem por aí, vai favorecer não a todos, mas a grande parte dos ambientalistas demagogos, que por outro lado vão arrochar e morder os coitados dos colonos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão, vai se proceder a votação. Já que foi solicitado, vamos votar pelo painel eletrônico.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Eu queria pedir chamada nominal também e deixar bem registrado que a nossa posição é pela rejeição, votando NÃO ao requerimento, que para mim é o requerimento a favor da motosserra, mas tudo bem, quem quiser votar vota do jeito que quiser, mas tudo bem. Vamos votar NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos solicitar então ao Sr. 1º Secretário apenas que faça a chamada nominal, não há necessidade de responder a presença, apenas para que caso algum Deputado ainda esteja no seu gabinete, que dirija-se ao plenário. Solicito a relação dos Srs. Parlamentares.

Com a palavra o Deputado Ademir Bier.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Ademir Bier)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a votação. Vamos proceder à apuração. Vinte e sete Deputados: 17 SIM e nove NÃO. Está aprovado o requerimento, porque com a presença do Presidente há quórum para a votação.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Pela Ordem)

Estou recusando a resposta que me foi encaminhada pela Secretaria do Estado da Ciência e Tecnologia de Ensino Superior a um requerimento que foi aprovado, por unanimidade, nesta Casa, que pedia informações sobre o valor arrecadado nos vestibulares nas universidades estaduais do Paraná nos anos de 2007, 2008 e 2009.

Sr. Presidente, a resposta que recebi é um desrespeito a esta Casa e gostaria de ler: *Em atenção ao solicitado requerimento, que encaminha pedido de informações, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, informamos que os valores arrecadados pelas universidades estaduais, como é o caso daqueles provenientes dos vestibulares, são contabilmente classificados como recursos próprios, e como tais são administrados autonomamente. Dessa forma estamos impossibilitados de atender ao pedido de informações suprarreferido. Ou seja, não informou nada.*

Estou recusando esse ofício encaminhado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia de Ensino Superior, porque isso não está adequado ao Poder Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, na votação anterior basta voltar às vistas para o painel: tivemos 17 votos favoráveis ao requerimento e nove contra, total 26. Temos 27 Srs. Deputados na Casa.

A questão de ordem que levanto é a seguinte: é possível se fazer aprovação daquilo que foi votado com 50% dos 54 Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe, Deputado Waldyr Pugliesi, a questão de ordem de V. Exa. Temos apenas 26 Deputados, 27 com o Deputado Osmar Bertoldi. **Portanto, não há quórum para a votação.**

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, essa votação se verificou, inclusive após a posição do Deputado Marcelo Rangel. Na hora queria falar.

O SR. OSMAR BERTOLDI (DEM) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu estava presente, votei e acho que não computou o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consta na lista. Estou com a lista na mão, infelizmente, até porque gostaria de prestar essa homenagem ao Governador de Santa Catarina, e votaria favoravelmente ao requerimento do Deputado Reni Pereira que acho totalmente pertinente. Estou com o documento na mão, temos apenas 26 Srs. Deputados no plenário, 27 com a minha presença. Portanto, não há quórum para votação. **O requerimento será votado na próxima Sessão.**

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 4 de maio, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 225/08; 034, 124, 150/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 077, 118, 151 e 158/09.

Convido V. Exas. para uma Sessão amanhã, principalmente os Deputados que votaram NÃO, hoje. Amanhã, haverá uma homenagem pelos 20 anos do IBAMA e estaremos aqui prestando uma homenagem, na pessoa do seu Superintendente, Sr. José Álvaro Carneiro.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Indicações Legislativas

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1030

Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a cessão de ônibus escolar para o Colégio Agrícola Estadual Getúlio Vargas no município de Palmeira.

O Deputado Edson Strapasson, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a cessão de 02 (dois) ônibus escolares e 01 (um) microônibus escolar para o Colégio Agrícola Estadual Getúlio Vargas no município de Palmeira.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária devido o colégio atender 258 alunos, sendo que 130 alunos e 25 funcionários utilizam o transporte escolar diariamente, alguns alunos utilizam de transporte solidário (carona) para irem até o colégio. O colégio mantém apenas um ônibus em estado precário, dificultando o transporte escolar e o ensino, pois os alunos têm aulas externas para colocarem em prática o aprendizado e às vezes ficam sem participarem de eventos e aulas fora do município, que são importantes para o currículo escolar.

Por essa razão consideramos justo que o colégio seja beneficiado pelo Programa de Transporte Escolar desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1031

Autoria do Deputado Osmar Bertoldi

SÚMULA:

Instalação de câmaras de segurança, com o recurso de gravação, nas instalações e equipamentos administrados pela URBS - Urbanização de Curitiba S.A.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, com fundamento no artigo 127 do Regimento Interno desta Casa, indica ao Exmo. Sr. Paulo Afonso Schmidt, DD. Presidente da URBS - Urbanização de Curitiba S.A., a instalação de câmaras de segurança com o recurso de gravação nas instalações e equipamentos administrados pela mesma e com grande fluxo e movimento de pessoas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

É público e notório que a violência urbana vem aumentando consideravelmente e uma das formas de prevenir a sua escalada é a instalação de câmeras de segurança em locais de grande movimentação e fluxo de pessoas. A instalação dos equipamentos representará não apenas uma maneira de desestimular a ação de agentes delituosos, mas também para ampliar o nível de segurança e proporcionar meios para investigação e elucidação de crimes. Esse recurso auxiliar já vem sendo adotado com sucesso por muitos estabelecimentos privados. Os sistemas de segurança por meio de câmeras evoluíram muito nos últimos anos e apresentam, atualmente, muitas opções de preço e qualidade. Em geral, os sistemas atuais permitem a visualização das imagens de forma nítida e com alcance variado.

Um grande diferencial nas câmeras é justamente os detalhes de imagem que ela consegue apresentar. A qualidade da gravação é de fundamental importância na aplicação de segurança. Pouco ou nenhum valor possui uma imagem gravada que não permite identificar os autores dos eventos. Na maioria dos casos é preciso identificar detalhes, tais como fisionomias, cores, ferramentas e utensílios portados, etc. E, atualmente, não é possível mais justificar a não utilização desse recurso tecnológico por conta do volume de recursos financeiros necessários para sua instalação e manutenção, pois os custos caíram vertiginosamente devido ao avanço tecnológico e a ampliação do consumo. Portanto, quando se trata de salvaguardar a vida humana, o poder público deve agir prontamente e em consonância com os avanços tecnológicos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1047

Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN a instalação de sinalizações de trânsito que abaixo especifica no município de Itaúna do Sul.

Senhor Governador, Senhor Diretor:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, requer seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor do DETRAN/PR a instalação de sinalização de trânsito vertical, horizontal e semafórica no município de Itaúna do Sul, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que a sinalização de trânsito é fundamental seja para aumentar a segurança de pedestres e motoristas, seja para organizar de modo racional o tráfego das localidades. Ocorre que no interior do estado existem cidades em que a sinalização ou é deficitária ou até inexistente. Há, ainda, outras localidades em que a sinalização existente está em estado precário e necessita, portanto, de urgentes reparos.

No município de Itaúna do Sul não é diferente: existem áreas carentes de sinalização e outras em que as placas existentes estão gastas ou enferrujadas. Em razão disso, torna-se de fundamental importância a instalação de nova sinalização de trânsito, de todas as espécies (horizontal, vertical e semafórica), bem como a substituição das placas que já estão gastas por novas.

Certos de poder contar com o apoio, na solução destes problemas, do Governo do Estado do Paraná, dirigimo-nos ao Sr. Diretor do DETRAN/PR, na esperança de que o presente pleito da comunidade de Itaúna do Sul seja atendido, porquanto se trata de reivindicação justa e fundamentada.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1048

Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN a instalação de sinalizações de trânsito que abaixo especifica no município de Diamante do Norte.

Senhor Governador, Senhor Diretor:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, requer seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor do DETRAN/PR a instalação de sinalização de trânsito vertical, horizontal e semafórica no município de Diamante do Norte, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que a sinalização de trânsito é fundamental seja para aumentar a segurança de pedestres e motoristas, seja para organizar de modo racional o tráfego das localidades. Ocorre que no interior do estado existem cidades em que a sinalização ou é deficitária ou até inexistente. Há, ainda, outras localidades em que a sinalização existente está em estado precário e necessita, portanto, de urgentes reparos.

No município de Diamante do Norte não é diferente: existem áreas carentes de sinalização e outras em que as placas existentes estão gastas ou enferrujadas. Em razão disso, torna-se de fundamental importância a instalação de nova sinalização de trânsito, de todas as espécies (horizontal, vertical e semafórica), bem como a substituição das placas que já estão gastas por novas.

Certos de poder contar com o apoio, na solução destes problemas, do Governo do Estado do Paraná, dirigimo-nos ao Sr. Diretor do DETRAN/PR, na esperança de que o presente pleito da comunidade de Diamante do Norte seja atendido, porquanto se trata de reivindicação justa e fundamentada.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1049

Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN a instalação de sinalizações de trânsito que abaixo especifica no município de Guairaçá.

Senhor Governador, Senhor Diretor:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, requer seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor do DETRAN/PR a instalação de sinalização de trânsito vertical, horizontal e semafórica no município de Guairaçá, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que a sinalização de trânsito é fundamental seja para aumentar a segurança de pedestres e motoristas, seja para organizar de modo racional o tráfego das localidades. Ocorre que no interior do estado existem cidades em que a sinalização ou é deficitária ou até inexistente. Há, ainda, outras localidades em que a sinalização existente está em estado precário e necessita, portanto, de urgentes reparos.

No município de Guairaçá não é diferente: existem áreas carentes de sinalização e outras em que as placas existentes estão gastas ou enferrujadas. Em razão disso, torna-se de fundamental importância a instalação de nova sinalização de trânsito, de todas as espécies (horizontal, vertical e semafórica), bem como a substituição das placas que já estão gastas por novas.

Certos de poder contar com o apoio, na solução destes problemas, do Governo do Estado do Paraná, dirigi-mo-nos ao Sr. Diretor do DETRAN/PR, na esperança de que o presente pleito da comunidade de Guairaçá seja atendido, porquanto se trata de reivindicação justa e fundamentada.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1050

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Santa Fé um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Santa Fé de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a Rede Pública Municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Santa Fé pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar o que justifica a presente indicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1051

Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN a instalação de sinalizações de trânsito que abaixo especifica no município de Santo Antônio do Caiuá.

Senhor Governador, Senhor Diretor:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, requer seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor do DETRAN/PR a instalação de sinalização de trânsito vertical, horizontal e semafórica no município de Santo Antônio do Caiuá, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que a sinalização de trânsito é fundamental seja para aumentar a segurança de pedestres e motoristas, seja para organizar de modo racional o tráfego das localidades. Ocorre que no interior do estado existem cidades em que a sinalização ou é deficitária ou até inexistente. Há, ainda, outras localidades em que a sinalização existente está em estado precário e necessita, portanto, de urgentes reparos.

No município de Santo Antônio do Caiuá não é diferente: existem áreas carentes de sinalização e outras em que as placas existentes estão gastas ou enferrujadas. Em razão disso, torna-se de fundamental importância a instalação de nova sinalização de trânsito, de todas as espécies (horizontal, vertical e semafórica), bem como a substituição das placas que já estão gastas por novas.

Certos de poder contar com o apoio, na solução destes problemas, do Governo do Estado do Paraná, dirigi-mo-nos ao Sr. Diretor do DETRAN, na esperança de que o presente pleito da comunidade de Santo Antônio do Caiuá seja atendido, porquanto se trata de reivindicação justa e fundamentada.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1052

Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN a instalação de sinalizações de trânsito que abaixo especifica no município de Paranaíba.

Senhor Governador, Senhor Diretor:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, requer seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor do DETRAN/PR a instalação de sinalização de trânsito vertical, horizontal e semafórica no município de Paranaíba, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que a sinalização de trânsito é fundamental seja para aumentar a segurança de pedestres e motoristas, seja para organizar de modo racional o tráfego das localidades. Ocorre que no interior do estado existem cidades em que a sinalização ou é deficitária ou até inexistente. Há, ainda, outras localidades em que a sinalização existente está em estado precário e necessita, portanto, de urgentes reparos.

No município de Paranaíba não é diferente: existem áreas carentes de sinalização e outras em que as placas existentes estão gastas ou enferrujadas. Em razão disso, torna-se de fundamental importância a instalação de nova sinalização de trânsito, de todas as espécies (horizontal, vertical e semafórica), bem como a substituição das placas que já estão gastas por novas.

Certos de poder contar com o apoio, na solução destes problemas, do Governo do Estado do Paraná, dirigimo-nos ao Sr. Diretor do DETRAN, na esperança de que o presente pleito da comunidade de Paranaíba seja atendido, porquanto se trata de reivindicação justa e fundamentada.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1053

Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Quatro Barras.

O Deputado Edson Strapasson, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e ao Secretário de Estado da Saúde Sr. Gilberto Berguio Martin, a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Quatro Barras.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária devido o município de Quatro Barras possuir uma população aproximadamente de 18 mil habitantes, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano e estar desprovido de uma unidade especializada no atendimento à saúde da mulher e da criança.

Por essa razão consideramos o pleito legítimo e justo para o credenciamento do município no programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1054

Autoria do Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Araruna.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Araruna.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 04 (quatro) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1055

Autoria do Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Barbosa Ferraz.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Barbosa Ferraz.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 04 (quatro) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1056

Autoria do Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Corumbataí do Sul.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Corumbataí do Sul.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1057

Autoria do Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Farol.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Farol.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1060

Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN a instalação de sinalizações de trânsito que abaixo especifica no município de Nova Londrina.

Senhor Governador, Senhor Diretor:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, requer seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor do DETRAN/PR a instalação de sinalização de trânsito vertical, horizontal e semaforica no município de Nova Londrina, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que a sinalização de trânsito é fundamental seja para aumentar a segurança de pedestres e motoristas, seja para organizar de modo racional o tráfego das

localidades. Ocorre que no interior do estado existem cidades em que a sinalização ou é deficitária ou até inexistente. Há, ainda, outras localidades em que a sinalização existente está em estado precário e necessita, portanto, de urgentes reparos.

No município de Nova Londrina não é diferente: existem áreas carentes de sinalização e outras em que as placas existentes estão gastas ou enferrujadas. Em razão disso, torna-se de fundamental importância a instalação de nova sinalização de trânsito, de todas as espécies (horizontal, vertical e semafórica), bem como a substituição das placas que já estão gastas por novas.

Certos de poder contar com o apoio, na solução destes problemas, do Governo do Estado do Paraná, dirigimo-nos ao Sr. Diretor do DETRAN, na esperança de que o presente pleito da comunidade de Nova Londrina seja atendido, porquanto se trata de reivindicação justa e fundamentada.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1061

Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN a instalação de sinalizações de trânsito que abaixo especifica no município de Paranapoema.

Senhor Governador, Senhor Diretor:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, requer seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor do DETRAN/PR a instalação de sinalização de trânsito vertical, horizontal e semafórica no município de Paranapoema, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que a sinalização de trânsito é fundamental para aumentar a segurança de pedestres e motoristas, seja para organizar de modo racional o tráfego das localidades. Ocorre que no interior do estado existem cidades em que a sinalização ou é deficitária ou até inexistente. Há, ainda, outras localidades em que a sinalização existente está em estado precário e necessita, portanto, de urgentes reparos.

No município de Paranapoema não é diferente: existem áreas carentes de sinalização e outras em que as placas existentes estão gastas ou enferrujadas. Em razão disso, torna-se de fundamental importância a instalação de nova sinalização de trânsito, de todas as espécies (horizontal, vertical e semafórica), bem como a substituição das placas que já estão gastas por novas.

Certos de poder contar com o apoio, na solução destes problemas, do Governo do Estado do Paraná, dirigimo-nos ao Sr. Diretor do DETRAN, na esperança de que o presente pleito da comunidade de Paranapoema seja atendido, porquanto se trata de reivindicação justa e fundamentada.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1070

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Jardim Alegre, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Jardim Alegre.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de Jardim Alegre e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1071

Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN a instalação de sinalizações de trânsito que abaixo especifica no município de Querência do Norte.

Senhor Governador, Senhor Diretor:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, requer seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor do DETRAN/PR a instalação de sinalização de trânsito vertical, horizontal e semafórica no município de Querência do Norte, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que a sinalização de trânsito é fundamental para aumentar a segurança de pedestres e motoristas, seja para organizar de modo racional o tráfego das localidades. Ocorre que no interior do estado existem cidades em que a sinalização ou é deficitária ou até inexistente. Há, ainda, outras localidades em que a sinalização existente está em estado precário e necessita, portanto, de urgentes reparos.

No município de Querência do Norte não é diferente: existem áreas carentes de sinalização e outras em que as placas existentes estão gastas ou enferrujadas. Em razão disso, torna-se de fundamental importância a instalação de nova sinalização de trânsito, de todas as espécies (horizontal, vertical e semafórica), bem como a substituição das placas que já estão gastas por novas.

Certos de poder contar com o apoio, na solução destes problemas, do Governo do Estado do Paraná, dirigimo-nos ao Sr. Diretor do DETRAN, na esperança de que o presente pleito da comunidade de Querência do Norte seja atendido, porquanto se trata de reivindicação justa e fundamentada.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1072

Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN a instalação de sinalizações de trânsito que abaixo especifica no município de Paracity.

Senhor Governador, Senhor Diretor:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, requer seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor do DETRAN/PR a instalação de sinalização de trânsito vertical, horizontal e semafórica no município de Paracity, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que a sinalização de trânsito é fundamental seja para aumentar a segurança de pedestres e motoristas, seja para organizar de modo racional o tráfego das localidades. Ocorre que no interior do estado existem cidades em que a sinalização ou é deficitária ou até inexistente. Há, ainda, outras localidades em que a sinalização existente está em estado precário e necessita, portanto, de urgentes reparos.

No município de Paracity não é diferente: existem áreas carentes de sinalização e outras em que as placas existentes estão gastas ou enferrujadas. Em razão disso, torna-se de fundamental importância a instalação de nova sinalização de trânsito, de todas as espécies (horizontal, vertical e semafórica), bem como a substituição das placas que já estão gastas por novas.

Certos de poder contar com o apoio, na solução destes problemas, do Governo do Estado do Paraná, dirigimo-nos ao Sr. Diretor do DETRAN, na esperança de que o presente pleito da comunidade de Paracity seja atendido, porquanto se trata de reivindicação justa e fundamentada.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1073

Autoria do Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Terra Boa.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Terra Boa.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 04 (quatro) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1074

Autoria do Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Engenheiro Beltrão.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Engenheiro Beltrão.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1075

Autoria do Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Juranda.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Juranda.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 04 (quatro) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1076

Autoria do Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Moreira Sales.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Moreira Sales.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1077

Autoria do Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Boa Esperança.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Boa Esperança.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 04 (quatro) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/12/08.

(a) NELSON JUSTUS